

GOVERNO DA BAHIA

Governo do Estado da Bahia
Paulo Ganem Souto

Secretaria do Planejamento
Armando Avena

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Cesar Vaz de Carvalho Junior

Gerência de Acompanhamento Conjuntural
Luiz Mário Ribeiro Vieira

FICHA TÉCNICA

Elaboração

Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)
Arno Paulo Schmitz (Bolsista FAPES)
Cláudia Monteiro Fernandes (Bolsista FAPES)
Patrícia da Silva Cerqueira (Bolsista FAPES)

Coordenação Editorial

Alynson dos Santos Rocha

Normalização

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

Projeto Gráfico

Núbia Espinheira Avena

Coordenação Gráfica

Dadá Marques

Revisão de Linguagem

Permínio Souza Ferreira

Editoração

2Designers

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Recentes transformações no rural baiano. Salvador: SEI, 2003.
70 p. il. (Série estudos e pesquisas, 68).

ISBN 85-85976-50-0

1. Planejamento Agrícola – Bahia. 2. Mão-de-obra – agricultura. I. Título. II. Série.

CDU 631.152(813.8)

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, 2º andar – CEP 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115-4787 – Fax: (71) 371-1853 – www.sei.ba.gov.br – sei@sei.ba.gov.br

□ SUMÁRIO

5	INTRODUÇÃO
10	NOVO RURAL BRASILEIRO E BAIANO: ANTECEDENTES E CARACTERÍSTICAS
17	O CARÁTER REGIONAL DAS OCUPAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: CARACTERIZAÇÃO PARA O ESTADO DA BAHIA
30	ESTUDO DE CASOS DAS OCUPAÇÕES RURAIS NA BAHIA
41	BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DAS OCUPAÇÕES NO MEIO RURAL DE IRECÊ, ILHÉUS E BARREIRAS
66	CONSIDERAÇÕES FINAIS
69	REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Analisando-se a dinâmica das transformações ocorridas na agricultura brasileira, a partir dos anos 1960, percebem-se dois aspectos marcantes: inicialmente, os princípios postos pela *Revolução Verde* são rapidamente incorporados por parte significativa dos produtores, estabelecendo o processo de expansão das lavouras e criações cujos resultados, índices de produtividade e saldos da balança comercial conduzem as atividades ligadas ao campo àquelas de melhores desempenhos dentro da economia brasileira. A modernização e industrialização da agricultura se traduzem, sobretudo, em técnicas de plantio, mecanização e, mais recentemente, no uso intensivo de biotecnologias – como, por exemplo, sementes e rebanhos melhorados geneticamente. Não obstante os impactos de ordem ambiental – depauperação dos solos, contaminação dos recursos hídricos por agroquímicos, etc. – a utilização do pacote tecnológico revela as características da agricultura empresarial brasileira.

O segundo aspecto corresponde às conseqüências desse processo de modernização e industrialização da agricultura. Além dos impactos ambientais, alteram-se as relações de produção, de trabalho e de ocupação de terras no meio rural. Com a produtividade crescente das lavouras, as oscilações de preços nos mercados tornam-se mais evidentes, gerando ganhos expressivos em contraponto a crises, endividamento de produtores e estagnação de atividades. A mecanização poupadora de mão-de-obra sustenta, nos 1960/1980, o êxodo rural, muitas vezes responsabilizado pelo crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos. As relações de trabalho são modificadas, introduzindo-se práticas e conceitos como terceirização, sub-contratação, administração profissionalizada das unidades produtivas e otimização de tarefas. Por conseguinte, diminui-se o número de pessoas necessárias para executar, manter ou mesmo expandir os níveis de produção. O processo de ocupação das terras é alterado à medida em que novas áreas são adicionadas ao modelo produtivo empresarial ou áreas tradicionais – sobretudo de agricultura familiar – são **pressionadas a aderir** à essa dinâmica.

No entanto, as conseqüências mais significativas estão nas relações do agricultor com o meio rural, no que diz respeito às ocupações e às rendas percebidas. No cenário descrito, o agricultor, ao buscar alternativas para a composição de suas rendas, gradativamente diminui a jornada de trabalho nas atividades agrícolas (lavouras e criação) e desempenha atividades não-agrícolas – serviços domésticos, construção civil, comércio, serviços, indústria, docência, entre outras. Ou seja, o êxodo rural converte-se em **êxodo agrícola**. Some-se ao incremento de atividades, antes residuais, mas que passam a ter importância como fontes de renda, como o turismo rural, lavouras e criações exóticas. Criam-se denominações como agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*) ou agricultor pluriativo para designar esse novo personagem. Destaque-se também as rendas originadas de transferências governamentais, como os diversos programas de assistência social e da inatividade, ou seja, benefícios da previdência rural (basicamente aposentadorias) que se convertem muitas vezes na principal fonte de renda das famílias rurais.

Nota-se que as transformações são catalisadas pela crescente urbanização do campo, cujas faces visíveis compreendem a ampliação do fornecimento de serviços públicos ao meio rural e a desconcentração de indústrias. Estas últimas objetivam vantagens de localização, de mão-de-obra e de custos com tributos municipais, estaduais e federais. Portanto, serviços públicos e indústria convertem-se em opções de ocupações para as famílias rurais. Dessa forma, são desfeitas as concepções de rural como oposição ao urbano, tendo-se uma espécie de integração, interconexão ou *continuum* rural-urbano; e de rural como exclusivamente agrícola. Todo esse conjunto de alterações é reunido sob a expressão **Novo Rural**, que se observa no Brasil com mais intensidade a partir dos anos 1980.

O Projeto Rurbano: Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/1999, coordenado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP, tem por objetivo analisar as transformações no meio rural brasileiro. Proposto para onze estados da Federação (Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) e iniciado em 1996, o projeto operacionalmente está dividido em três fases. Na Fase I estudam-se as ocupações dos residentes no meio rural; a Fase II concentra-se nas famílias rurais, na pluriatividade e na composição das rendas agrícolas e não agrícolas. A Fase III objetiva a caracterização das famílias rurais, aprofundando a análise das ocupações e composição das rendas. Complementa-se com a mensuração da participação – determinando o grau de importância – das rendas agrícolas, não-agrícolas, de transferências governamentais e da previdência rural.

Este trabalho corresponde ao relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da Fase III do Projeto Rurbano para o Estado da Bahia. Especificamente, analisam-se os aspectos da participação nas **velhas** e **novas** ocupações (agrícolas e não-agrícolas) e da composição das rendas dos ocupados rurais baianos. A metodologia, desenvolvida pela UNICAMP e utilizada neste trabalho, consiste na aplicação de questionários que possibilitem detalhar o caráter das ocupações e renda da população rural com 10 anos ou mais de idade nas respectivas regiões de estudo. Sinteticamente, tem-se o levantamento, tabulação e análise de dados primários. Os questionários tentam captar a diversidade de cenários do campo (além das ocupações e composição das rendas, a qualidade de vida dos agricultores), permitindo a investigação e construção do tipo típico em cada região. Para a Bahia, dentro dessa premissa, são selecionados os municípios de Ilhéus, Irecê e Barreiras. A escolha desses municípios alcança, se não totalmente, a diversidade agrícola do Estado. Representam, respectivamente, a agricultura tradicional, de base cacaeira; a agricultura do semi-árido e sua dinâmica peculiar; e a nova agricultura baiana dos cerrados.

O trabalho está subdividido em seis seções. Após esta Introdução, na segunda seção – Novo rural brasileiro e baiano: antecedentes e características – discutem-se as transformações ocorridas no meio rural brasileiro, os aspectos motivadores e as repercussões sobre as relações dos agricultores com o campo. Analisa-se também a evolução, composição e caracterização das famílias e ocupações rurais, partindo-se da diversidade rural do Brasil e Bahia e com base nos dados das Pesquisas Nacionais por Amostras

de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PNADs/IBGE. Na terceira seção – O caráter regional das ocupações no meio rural brasileiro: caracterização para o estado da Bahia – aprofunda-se o estudo das ocupações e rendas rurais comparando-as nos três níveis de análise: Brasil, Nordeste e Bahia. A confirmação de áreas rurais diferenciadas nesses níveis – traduzindo-se em desigualdades do desenvolvimento rural – é condição essencial à compreensão dos resultados encontrados.

Na quarta seção – Estudos de caso das ocupações rurais na Bahia – faz-se a caracterização socioeconômica dos municípios baianos selecionados para estudo e das respectivas amostras das famílias rurais. Também são analisados a distribuição dos domicílios de acordo com a classificação das famílias (agrícolas, não-agrícolas, pluriativas e não ocupadas) e distribuição das ocupações (empregador, conta própria, empregado assalariado, empregado doméstico, não remunerado, desemprego ou inativo) e os resultados subsequentes. Na quinta seção – Balanço de oferta e demanda das ocupações no meio rural de Irecê, Ilhéus e Barreiras – estudam-se as movimentações da demanda da mão-de-obra agrícola nos três municípios ao longo dos anos 1990. Essas informações são obtidas através do uso da álgebra matricial cruzando-se os dados de áreas colhidas dos principais produtos em cada município, os valores brutos das produções (VBPs); os coeficientes de demanda de mão-de-obra por cultivo e os níveis tecnológicos das lavouras. A sexta seção é destinada às Considerações finais.

Os resultados gerais obtidos para a Bahia confirmam observações para outros estados do Brasil, porém com algumas peculiaridades, conseqüência da forte heterogeneidade dos espaços, técnicas produtivas e formas de inserção dos agricultores baianos. As ocupações agrícolas mantêm a importância, devido, sobretudo, à precariedade e baixa qualificação – repercutindo nas rendas – das ocupações não-agrícolas. Assim, as famílias exclusivamente não-agrícolas crescem menos no estado, em comparação com o Nordeste e ao Brasil. Entretanto, as famílias rurais baianas caracterizadas como pluriativas apresentam maiores índices de crescimento em relação aos demais níveis de análise.

As rendas das famílias agrícolas e não-agrícolas baianas são geralmente inferiores às rendas das famílias do Nordeste e do restante do Brasil, também explicado pela heterogeneidade do desenvolvimento regional e rural no Estado. Surgem, dessa forma, espaços onde os agricultores auferem maiores rendas agrícolas, sobretudo nas áreas de desenvolvimento agrícola acentuado, como na região oeste; e outros, fragilizados devido às constantes secas e quebras da produção, notadamente no semi-árido. Nestes, as rendas agrícolas são significativamente inferiores, prevalecendo a pluriatividade; as rendas não-agrícolas também são pouco significativas, pela baixa qualificação do agricultor. Sobressaem-se, portanto, as rendas da inatividade e das transferências do governo. Esse cenário é encontrado no município de Irecê. Em Ilhéus, onde ainda predomina a cacauicultura – e, por conseguinte as crises recorrentes de preços do produto e de pragas que infestam as lavouras – observa-se a participação maior das ocupações não-agrícolas; e em Barreiras as famílias, ocupações e rendas agrícolas são preponderantes devido à característica de **fronteira agrícola** recente da região, com produção intensa

de grãos e outros produtos. Dessa forma, são relativamente poucas as famílias pluriativas e aquelas exclusivamente não-agrícolas.

O estado da Bahia possui particularidades que determinam formas distintas de inserção dos agricultores no meio rural. A convivência de regiões de desenvolvimento rural acelerado e outras em crise ou estagnadas revela que as formas de intervenção – por exemplo, através de políticas públicas – também devem ser diferenciadas. Com as conclusões acerca dos resultados encontrados e apresentados neste trabalho pretende-se contribuir à discussão dessas formas de intervenção. O conhecimento das realidades locais, a dinâmica e as transformações recentes constituem-se no primeiro passo ao planejamento das ações e atendimento das demandas regionais.

NOVO RURAL BRASILEIRO E BAIANO: ANTECEDENTES E CARACTERÍSTICAS

Na agricultura brasileira, desde o início dos anos 1960, observa-se o processo intenso de modernização e industrialização das técnicas de cultivo e criação. Esse processo avança constantemente com novas técnicas de cultivo, introdução de novas máquinas poupadoras de mão-de-obra e as biotecnologias. Emergem várias modificações no *management* das atividades agrícolas, tais como a terceirização de tarefas, alterações no manejo das lavouras (plantio, tratos culturais e colheita) e na criação de animais, no beneficiamento de produtos e na administração das diversas atividades no interior das unidades produtivas. Tudo isso implica, de maneira geral, diretamente na diminuição do número de pessoas necessárias para efetuar e manter o mesmo nível de produção. É o período de expansão dos princípios associados à Revolução Verde – mecanização, uso de agroquímicos e especialização da produção – e suas conseqüências.

Neste conjunto (direta ou indiretamente) inclui-se a queda dos preços, notadamente das principais *commodities* e das terras – alterando o processo de (des)ocupação destas –; o crescente endividamento dos agricultores, provocado pelas taxas de juros dos créditos e financiamentos; a ultrapassada visão de que o espaço rural é somente um local de desenvolvimento das tradicionais atividades agropecuárias; a aproximação cada vez mais acentuada das estruturas dos mercados de trabalho rural e urbano; impactos sobre o meio ambiente; e oscilações na oferta dos produtos. Nesse ponto existe a dinâmica do mercado agrícola mundial, caracterizado por reduções constantes na demanda e por aumentos na produção de alimentos. Conseqüentemente constrói-se, de fato, um cenário desfavorável para a revitalização da renda dos agricultores. Este cenário é agravado, principalmente, para aqueles agricultores dos países em desenvolvimento. Nesses países, além dos instrumentos de política agrícola serem geralmente limitados e/ou ineficientes, os agricultores enfrentam a sobreposição das barreiras protecionistas dos países desenvolvidos.

Enfim, este modelo produtivista moderno-industrial cria uma nova divisão do trabalho rural, na qual se observa uma diminuição da mão-de-obra empregada em atividades agrícolas, e um crescimento das ocupações em atividades rurais não-agrícolas, seja em tempo integral ou parcial.

A expressão **Novo Rural** caracteriza esse conjunto de transformações mais nitidamente observadas a partir dos anos 1980 no campo brasileiro. As mudanças de percepção sugerem uma reavaliação da dinâmica das relações entre agentes ou *atores* do meio rural. Particularmente, os esforços concentram-se nas análises da exploração econômica de atividades outrora executadas apenas em caráter residual: lazer, prestação de serviços, turismo, etc., que passam a desempenhar papéis importantes na composição das rendas dos agricultores e demais ocupados rurais. Some-se ao fato da participação significativamente crescente das transferências governamentais e rendas da inatividade (aposentadorias). Diante dessa constatação, o entendimento dessa nova composição de rendas também desperta o interesse de pesquisadores preocupados com o tema.

Graziano da Silva *et al.* (2002) afirmam que o Novo Rural decorre da modernização da agropecuária e suas inter-relações com os segmentos industriais processadores; das demandas diferenciadas por produtos agrícolas (novos nichos de mercado) e bens não-agrícolas, promovendo em muitos casos a reestruturação de cadeias produtivas então incipientes; a expansão de infraestrutura urbana e dos serviços públicos nas zonas rurais; e da emergência das chamadas atividades não-agrícolas,¹ originadas pelas demandas por áreas de lazer, residenciais e como forma de redução de custos (localização, mão-de-obra, impostos e taxas, etc.) por empresários prestadores de serviços diversos.

A industrialização torna-se eficaz na alteração das relações econômicas locais, empregando mão-de-obra e demandando produtos regionais. Com isso, as transferências de renda através dos encadeamentos fomentam o setor de serviços e a agricultura regionais, gerando crescimento e, no limite, algum desenvolvimento econômico. Estabelece-se, então, conjuntamente com a evolução tecnológica no setor agrícola, uma reorganização dos processos de produção, trabalho e uma interação entre as atividades nos espaços rural e urbano. Dessa forma, a idéia de rural como por exclusão ao urbano, ou seja, a dicotomia rural-urbano tende a desaparecer, sendo substituída pela noção de rural interagindo com o urbano ou ainda pelo *continuum* rural-urbano.

A industrialização da agricultura estimula a urbanização do meio rural, especialmente a partir de 1960, como descrevem Couto e Couto Filho (1998). Por outro lado, os benefícios e reflexos do meio de vida urbano (infraestrutura básica e serviços) e da expansão e

¹ Algumas dessas atividades são: piscicultura, criação de aves nobres, criação de animais exóticos para corte, produção orgânica de ervas medicinais, produção orgânica para o mercado internacional diferenciado, produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e *fast food*, floricultura e mudas de plantas ornamentais, fruticultura de mesa, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada, reprodução de plantas extrativas, cultivo de cogumelos, turismo rural, fazenda-hotel, complexos hípicas, leilões e exposições agropecuárias, festas de rodeio, entre outras.

descentralização econômica recentes,² desencadeiam uma série de oportunidades de ocupações para a mão-de-obra rural. Portanto, existe um fortalecimento progressivo de outros setores (indústria, serviços e comércio) no espaço rural, e assim descaracteriza-se o meio rural como um *locus* único e estritamente vinculado à produção agrícola.

Também não se pode negar o crescimento de **novas demandas agropecuárias** e novos nichos de mercado, advindos de diferentes setores da economia (a partir das alterações nos gostos dos consumidores ou até mesmo das estruturas de mercados) e que são capazes de fomentar a produção de novos produtos e serviços, agrícolas ou não. Porém, todos esses novos fatores que influenciam a atual dinâmica das ocupações no espaço rural não compensam totalmente as reduções no emprego nas atividades agrícolas empresariais (*commodities*), provocadas principalmente pela mecanização poupadora de mão-de-obra. Simplesmente atenuam o impacto da queda nas ocupações em geral. Entretanto, as relações entre oferta e demanda por mão-de-obra são diferentes nas diversas localidades, especialmente pelas peculiaridades na produção agrícola e das estruturas regionais como um todo (clima, solo, estrutura agrária, etc.).

Empiricamente, no Brasil, observa-se o crescimento das atividades não-agrícolas, pois, freqüentemente, proporcionam maior renda às famílias, alterando a tradicional composição da renda familiar dos domiciliados nas zonas rurais. Muitas dessas atividades estão relacionadas a outros setores da economia que se desenvolvem no meio rural, ou em cidades de menor porte, especialmente em regiões interioranas. Dentre essas, como visto, destacam-se a indústria e outras formas de exploração de rendas, associadas ao lazer, serviços e à opção de moradia de muitas famílias, especialmente aposentados. Esta última forma não é, necessariamente, motivada por fatores econômicos, mas comumente, pela busca de uma qualidade de vida superior.

À medida que se desenvolvem indústrias de todo e qualquer ramo em regiões interioranas, não necessariamente rurais, a geração de renda local induz direta e indiretamente a incrementos nas rendas da população rural. Esses incrementos podem ser formados pelo emprego indireto (serviços, lazer e outros), ou pela transferência de renda para áreas rurais, através do consumo de produtos agrícolas, ou ainda pelo emprego direto industrial. O desenvolvimento da economia local por intermédio do crescimento das rendas originadas da indústria e da agricultura impactam os segmentos comércio e de serviços, ocorrendo, concomitantemente, um acréscimo na demanda por ocupações nos meios rural e urbano.

Tais atividades também estimulam a urbanização do campo, reorganizando as relações produtivas e com os ecossistemas locais. Esse processo é relativamente acelerado em

² As firmas consideram outras vantagens locais que não somente a proximidade da matéria-prima, de pontos estratégicos de distribuição, da capacitação e menor custo da mão de obra e das externalidades de maneira geral. Desse modo, outras vantagens como a fuga da violência latente nos grandes centros urbanos, a organização e os altos salários da força de trabalho nas grandes cidades e as isenções de impostos e outros benefícios fornecidos pelo Estado normalmente têm grande importância nas tomadas de decisões para localização de novas plantas industriais.

algumas regiões e, muitas vezes, induzido por força de lei (transformação de áreas rurais em urbanas). Conseqüentemente, têm-se formas de ação distintas dessas novas demandas de acordo com cada região brasileira. Esse fato é reforçado por Graziano da Silva *et al.* (2002, p.60) “Todas essas demandas agem simultaneamente no espaço rural brasileiro, com maior intensidade em algumas regiões e mais fracas em outras. É essa combinação de diferentes intensidades que resulta na heterogeneidade do Novo Rural Brasileiro, aprofundando nossas diferenças regionais”.

Estas condições também acabam se traduzindo em geração de ocupações e rendas para o meio rural. No processo de urbanização é intrínseco o fornecimento e a ampliação de serviços públicos (infra-estrutura básica, saúde, educação, transportes, comunicação, etc.), donde há um incremento na demanda por mão-de-obra, inclusive de residentes no espaço rural. Essas ocupações geradas nos setores de serviços públicos e/ou privados, paralelamente à agricultura, refletem na valorização do espaço rural, podendo impulsionar a economia local. Por conseguinte, os serviços públicos impactam o comércio e a indústria, uma vez que a renda é distribuída pelos diversos ramos do consumo familiar. Entretanto, deve-se ressaltar que, devido às disparidades sócio-econômicas existentes no Brasil, essa dinâmica é mais intensiva em algumas regiões; em outras é praticamente imperceptível.

Nesse contexto alteram-se as formas de inserção de pequenas e médias unidades produtivas nos mercados consumidores. Essas são favorecidas na medida em que são criadas as demandas diferenciadas mencionadas anteriormente. A conseqüência direta é a criação de um tipo de agricultor cada vez mais comum. Este disponibiliza menos tempo em atividades exclusivamente agrícolas (lavouras e criação). Sua jornada de trabalho divide-se entre atividades agrícolas e não-agrícolas, dentro ou fora da unidade produtiva ou estabelecimento agrícola. Duas denominações estão associadas a esse novo personagem: *part-time farmer* (agricultor em tempo parcial) e agricultor pluriativo. Os argumentos explicativos para a pluriatividade passam pelo esforço dos agricultores visando à diversificação em virtude de oportunidades econômicas a serem exploradas (novos produtos, turismo, paisagens, lazer, etc.) e pelos “(...) novos espaços de reprodução do capital no meio rural brasileiro, muitas vezes revigorando regiões e atividades tradicionais que se mostravam decadentes.” (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002, p.41).

Em resumo, pode-se dizer que uma das principais conseqüências do modelo produtivista – a retração da demanda por mão-de-obra – leva o Brasil dos anos 1960/1970 a experimentar um processo intenso de êxodo rural. Consecutivamente, a falta de mecanismos que viabilizem a permanência dos trabalhadores rurais no campo, impulsiona as famílias **expulsas** a buscarem atividades estritamente urbanas nas cidades, principalmente nas periferias das regiões metropolitanas. Nos anos 1980, este processo se reduz substancialmente em função de uma diminuição significativa na diferença entre a demanda e a oferta de mão-de-obra no campo. Para Graziano da Silva (1998), a urbanização do meio rural brasileiro provoca um aumento da oferta de ocupações não-agrícolas e, conseqüentemente, da pluriatividade do homem do campo, especialmente no Centro-Oeste e Sudeste.

Com isto, observa-se a geração das rendas não-agrícolas freqüentemente superiores às rendas agrícolas, que acabam auxiliando a fixação do homem ao campo. Nos anos 1990, esse processo se acelera em algumas regiões, especialmente em São Paulo, onde as rendas não-agrícolas passam a ser mais importantes que as rendas agrícolas, conforme destacam Souza e Del Grossi (2002, p. 808). Esta nova característica do espaço rural – transformação do agricultor em trabalhadores *part-time* que combinam ocupações não-agrícolas com agrícolas – significa para Mingione e Pugliese (1987) *apud* Graziano da Silva (1999) uma **desespecialização** da divisão social do trabalho rural, cuja origem está nas próprias alterações das relações do trabalho. Portanto, a mecanização da agricultura e a automação dos criatórios forçam os agricultores em busca de novas formas de ocupação visando ao incremento da renda familiar.

Com a conclusão das Fases I e II do Projeto Rurbano apresentam-se os resultados que apontam para o crescimento dos ocupados não-agrícolas, dos desempregados e aposentados e pensionistas que se mantêm em áreas rurais – taxas de 3,7%, 10,8% e 5,7% anuais, respectivamente, no período 1992/1998. Esses resultados são responsáveis pelo aumento da população economicamente ativa rural (PEA rural) em 0,2% anual, ainda que as ocupações agrícolas tenham decrescido em 1,7% por ano entre 1992 e 1999.³ Isso demonstra – considerando-se que nem sempre residir significa trabalhar no meio rural – que as ocupações não-agrícolas e aposentadorias gradualmente se convertem em elementos fixadores de pessoas no campo⁴ (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002). Conclui-se que para os agricultores brasileiros verifica-se a existência do **êxodo agrícola**, em analogia ao êxodo rural, movimento bastante estudado no Brasil.

Na Bahia, a fixação de pessoas no campo e o êxodo agrícola também são explicados pela pouca atração exercida pelos centros urbanos do Estado e pela estrutura agrária local. As áreas dos pequenos estabelecimentos de propriedade dos próprios produtores – base da estrutura agrária baiana, em oposição à concentração de terras em poucas grandes propriedades – geralmente são incapazes de prover o sustento familiar, estimulando a busca por outras atividades geradoras de rendas. Destacam-se o trabalho em outras propriedades (épocas de limpeza e preparação dos solos, plantio, colheita, etc.) e/ou nas áreas urbanas adjacentes. Os autores concluem que, aliadas às razões clássicas para o surgimento do *part-time farmer* e da pluriatividade, na Bahia adicionam-se as pressões demográficas sobre o campo – e os impactos sobre os ecossistemas – e a falta de competitividade das propriedades rurais, especialmente na região semi-árida. Nessa região, a unidade produtiva geralmente é destinada ao autoconsumo enquanto que as demais necessidades são supridas com outras atividades, normalmente precárias e de

³ Informações e resultados do Projeto Rurbano podem ser acessados em www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html

⁴ Detecta-se que o crescimento do número de desocupados não se traduz integralmente, nos anos 1990, em êxodo rural. Entretanto, como afirma Graziano da Silva (2002), os mesmos dados confirmam o crescente êxodo agrícola, ou seja, pessoas que são excluídas ou abandonam as atividades agrícolas para se ocuparem de outras atividades, freqüentemente não-agrícolas.

baixa qualificação técnica (COUTO, 1995 *apud* SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1999).

Outro aspecto das transformações do meio rural brasileiro que demandam a utilização da expressão Novo Rural corresponde à análise da natureza das ocupações não-agrícolas absorvedoras da mão-de-obra do agricultor. Os resultados no âmbito do Rurbano apresentam essas ocupações em uma distribuição não correlacionada com a profissionalização das mesmas. Dessa maneira, postos de trabalho geralmente pouco exigentes em qualificação são os que possuem maior número de ocupados: empregos domésticos, construção civil (com aproximadamente 1,2 milhão de ocupados rurais, em 1999). Noutro extremo existem as atividades agroindustriais e demais ocupações técnicas (com pouco mais de 0,2 milhão de ocupados rurais em 1999). Nos segmentos intermediários destacam-se a indústria de transformação, as Administrações Municipais, o ensino público e o comércio em geral (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2002).

Del Grossi (1999), utilizando dados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNADs/IBGE) para analisar a evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro entre 1981-1995, destaca a importância dos serviços sociais e do setor público na geração dessas ocupações, principalmente porque denotam uma das essências da urbanização do meio rural no Brasil e, especialmente, na Região Nordeste. Dentre as principais ocupações das pessoas nos setores de atividade, no período assinalado, a Administração Pública e Serviço Social obtêm as taxas de crescimento mais significativas: no Brasil 5,4% e 3,6%; e no Nordeste 8,0% e 4,5% ao ano, respectivamente.

Quanto às ocupações *stricto sensu*, ou seja, não nos setores de atividade, mas simplesmente as ocupações, no Brasil crescem sobretudo Ajudantes Diversos (9,8%); Ambulante Outros (9,0%); e no Nordeste, Professores de Primeiro Grau Inicial (6,6%) e Balconistas Atendentes (6,6%). No mesmo período, no Estado de São Paulo, além do crescimento verificado na ocupação Ambulante Outros (11,2%), também se observa uma evolução dos Serviços Conta-Própria (7,6%). Este resultado revela um maior nível de ocupação da população rural em atividades cuja remuneração é geralmente superior dentro do setor privado. Isto se deve, provavelmente, ao maior desenvolvimento regional e à maior diversificação econômica (indústria, comércio e serviços) em pequenas cidades interioranas paulistas (DEL GROSSI, 1999).

Dentre as pessoas que possuem dupla atividade também foram observadas taxas expressivas de crescimento. Para os agricultores pluriativos com preponderância das rendas agrícolas, a taxa anual de crescimento para o Brasil foi de 7,3%, para o Nordeste 6,9% e São Paulo 5,8%. Para as pessoas cuja ocupação principal é não-agrícola e a agricultura encontra-se como atividade secundária, as taxas anuais observadas foram de 4% para o Brasil, 2,7% para o Nordeste e 5,4% para São Paulo. Observa-se então que, em regiões cujo desenvolvimento econômico ocorre de forma menos desigual, as ocupações não-agrícolas prevalecem como atividade principal entre os pluriativos. Conseqüentemente, seu

crescimento torna-se mais acentuado, ou seja, com ocupações de melhor qualidade (formalizadas, com carteira assinada e acesso a benefícios sociais, por exemplo) e melhores remunerações.

As características das economias locais também são importantes nesse contexto. Kageyama (1999) discute as diferenças na agricultura paulista baseada em uma série de indicadores disponíveis nos Censos Demográficos de 1991 e agropecuário de 1995/1996 e na PNAD/IBGE de 1995. Inspirando-se nessa metodologia, a autora constrói neste trabalho uma classificação das áreas rurais de acordo com o nível de pobreza das regiões. Do total de pessoas residentes nas regiões rurais classificadas como muito pobres, 61,1% eram exclusivamente agrícolas e 38,9% pluriativos. Enquanto que nas regiões rurais pobres, os agrícolas significavam 55,0% e os pluriativos 45,0%. Paralelamente, nas regiões intermediárias, a proporção dos agrícolas alcança 49,3% e dos pluriativos 50,7%. Confirma-se portanto que, à medida que diminui o grau de pobreza das regiões, aumenta a parcela de pessoas que possuem outra atividade além da agricultura.

Outra característica importante é o tipo de trabalho executado fora da unidade produtiva rural, que de certa forma demonstra o grau de desenvolvimento das economias locais. Das pessoas ocupadas nos domicílios pluriativos localizados em regiões muito pobres, 26,4% estão ocupado no setor de serviços e 11,5% na indústria. Nas regiões intermediárias, 18,7% encontram-se ocupados no setor de serviços e 16,3% na indústria. Ou seja, quando o grau de desenvolvimento e diversificação da economia local é mais elevado, prevalece a indústria como demandante da mão-de-obra rural. A exceção está nas áreas rurais localizadas nos entornos dos centros urbanos e regiões contíguas entre cidades, que Kageyama denomina **Urbano em Expansão** e **Urbano Denso**, respectivamente. Nestas áreas a competitividade pelo emprego industrial tende a ser maior – tanto pelas maiores taxas de desemprego, quanto pela qualificação da mão-de-obra. Igualmente maiores são as exigências de educação formal para essas ocupações.⁵

Portanto, simultaneamente à **reestruturação** e **reorganização** das atividades agrícolas no heterogêneo meio rural brasileiro como resposta às novas demandas e mercados nos anos 1990, há, mais intensivamente, a continuidade do processo de redução do número de ocupados nessas atividades, com a expansão das ocupações não-agrícolas absorvedoras de parte dessa mão-de-obra liberada e dos aposentados rurais. Graziano da Silva *et al.* (2002, p.52) resumem esse período:

“(…) enquanto nos anos 80 a PEA agrícola cresceu significativamente apenas nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde ainda havia um movimento de expansão da fronteira agrícola, nos anos 90 nota-se uma queda generalizada do emprego agrícola em todas as regiões do País, especialmente em função da maior mecanização dos tratos culturais e da colheita. Note-se também que a

⁵ Segundo dados da PNAD 1995, citados por Kageyama (1999), a maior parte da população rural pluriativa de todas as categorias (rural muito pobre, rural pobre, intermediária, urbano em expansão e urbano denso) obtém até quatro anos de estudo (varia entre 41,2% e 49,7% do total das pessoas residentes em domicílios pluriativos).

redução no emprego agrícola é sempre muito mais acentuada que a redução da PEA Rural Ocupada. Isso por que houve em todas as regiões do País elevado crescimento das atividades rurais não-agrícolas e dos aposentados, nos anos 90”.

A queda da ocupação da mão-de-obra na agricultura oriunda dos efeitos do modelo produtivista também é percebida no Bahia.⁶ Essa queda é facilmente observada nas localidades onde a atividade agrícola apresenta traços de modernidade acentuada, através do uso intensivo de tecnologia. Considerando que existem reduções nas rendas rurais, provocadas pela queda nos preços de muitos produtos agrícolas, tornam-se necessárias outras atividades para empregar a mão-de-obra desocupada e recompor a renda familiar. Contudo, de maneira geral, o trabalho agrícola parece manter sua preponderância, tanto nas áreas rurais de agricultura mais desenvolvida quanto em áreas cuja agricultura é intrinsecamente rudimentar.

Especificamente em relação à composição das famílias – alterada inclusive no número de membros, que se reduziu ao longo dos anos 1990 –, ocupados rurais e suas rendas, os resultados das fases anteriores do Projeto Rurbano reafirmam as transformações mais gerais observadas no campo brasileiro. Utilizando a tipologia para ocupados (empregadores, conta-própria, empregados e não-ocupados) e para as famílias (agrícolas, não-agrícolas, pluriativas e não-ocupados) percebe-se a expansão das famílias não-agrícolas e de não-ocupados, simultaneamente à contração das famílias agrícolas. Pode-se, em um primeiro momento, considerar que as rendas de famílias não-agrícolas e pluriativas são superiores às das famílias agrícolas.

Como impedimento para tal generalização há o quadro da região Nordeste e particularmente da Bahia, onde as rendas agrícolas – e, sobretudo as transferências governamentais e aposentadorias – desempenham papel importante na composição geral das rendas dos ocupados rurais. Conclui-se que as ocupações não-agrícolas crescem expressivamente em regiões cujo desenvolvimento regional e local (rural e urbano) – agrícola, industrial e de serviços – já foi minimamente construído. Em outras palavras, essas ocupações proliferam rapidamente em economias mais diversificadas e industrializadas, onde o nível geral de qualidade das ocupações não-agrícolas é razoável tornando, assim, expressivas as rendas não-agrícolas.

Ademais, um aspecto não deve ser esquecido quando se analisa a questão para a Bahia. O Estado possui peculiaridades regionais que repercutem em desigualdades sócio-econômicas. A própria diversidade de ecossistemas (semi-árido, cerrados, mata-atlântica, chapada, etc.) provoca relações diferenciadas na ocupação e rendas das famílias rurais.

⁶ Esse argumento é reforçado com o exemplo da microrregião de Barreiras, nos cerrados baianos, e a dinâmica agrícola nos anos 1990: “(...) essa microrregião, em um primeiro momento, não veio desempregar, mas sim atrair um grande contingente de trabalhadores rurais, já que a população anteriormente residente não era suficiente para atender à demanda por mão-de-obra. Atualmente, em razão da intensificação da utilização de técnicas desempregadoras, inicia-se um forte processo de desocupação da mão-de-obra agrícola” (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1999, p. 18). Entretanto algumas culturas revelam-se absorvedoras de mão-de-obra quanto mais tecnificada é a atividade. São exemplos a fruticultura irrigada e a cacauicultura.

Portanto, para cada localidade, a configuração das atividades ocupadoras de mão-de-obra sofre alterações, seja agrícola ou não-agrícola.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural é extremamente desigual e as rendas agrícolas em muitas regiões atrasadas são significativamente inferiores às auferidas nas poucas regiões desenvolvidas, prevalecendo a pluriatividade. Por isso, quando são consideradas todas as rendas das ocupações rurais na Bahia, percebe-se que nem mesmo as rendas não-agrícolas das famílias pluriativas são relevantes na composição da renda total das famílias, por serem pouco qualificadas e, conseqüentemente, de baixa remuneração. Além disso, nas situações em que as rendas agrícolas são pouco expressivas – em decorrência de secas, crises estruturais e conjunturais de culturas importantes – e as rendas não-agrícolas pouco significantes, as rendas exógenas, tais como aposentadorias e outras transferências do governo, passam a ter um peso significativo na formação da renda total familiar.

Os desdobramentos de todas essas transformações dão o suporte para a derrubada do que Graziano da Silva (2001) denomina de **velhos mitos** do rural brasileiro: a) rural como sinônimo de atraso, em virtude de muitas atividades agrícolas com alto grau de tecnologia tais como produção de grãos, horticultura, fruticultura, criação de animais exóticos, etc. Essa constatação cria uma divisão no Novo Rural brasileiro. Observa-se o **Novo (Mundo) Rural Desenvolvido**, composto por atividades agropecuárias modernas técnica e tecnologicamente; e o **Novo (Mundo) Rural Atrasado**, que não significa afirmar categoricamente que existe pleno emprego da mão-de-obra rural. Sua existência pode ser observada, mas nem sempre a modernização é o fator determinante e sim uma *estratégia de sobrevivência*, ante as crises com que o setor convive. Esse fato revela espaços onde as atividades agrícolas são menos competitivas, baseadas em técnicas e instrumentos de produção rudimentares. Algumas regiões enfrentam crises relacionadas a fatores exógenos, tais como os constantes períodos de estiagens no semi-árido e as pragas nas áreas cacaeiras. Certamente, isto provoca alterações na estrutura da renda familiar.

Seguem-se os velhos mitos do Novo Rural: b) rural como predominantemente agrícola. Os resultados sinteticamente aqui apresentados desconstruem esse argumento; c) o êxodo rural é inevitável. Tem-se que o êxodo **agrícola** é o que se aproxima dessa afirmação, ou seja, os ocupados rurais estão migrando das atividades agrícolas para as não-agrícolas ou para a inatividade (aposentados); d) o desenvolvimento agrícola é sinônimo de desenvolvimento rural. Diante da importância crescente da pluriatividade, das rendas não-agrícolas, transferências e aposentadorias na composição das rendas dos ocupados rurais, é necessário repensar os enfoques das políticas de desenvolvimento para o campo; e) a gestão das propriedades é familiar. Essa noção termina (ou pelo menos arrefece) quando se analisam as transformações na composição e nas ocupações dos membros das famílias, a terceirização dos serviços dentro da unidade produtiva e inclusão da **administração** de atividades não-agrícolas pelas famílias.

Ao lado dessa desmistificação há o surgimento de **novos mitos** que podem distorcer a percepção da nova dinâmica do rural brasileiro. Por exemplo, a idéia de que o estímulo às atividades não-agrícolas significa solucionar o desemprego no meio rural. Isso por

que geralmente a mão-de-obra dispensada das atividades agrícolas não passa diretamente às não-agrícolas. Ademais, a baixa qualificação técnica e profissional impede que parcelas desses indivíduos sejam absorvidas por essas atividades, o que explica a concentração dos ocupados em serviços domésticos e na construção civil. Diante disso, não se pode atribuir às atividades não-agrícolas o papel de agente do desenvolvimento, especialmente em regiões mais atrasadas. Mas a presença dessas atividades indica alternativas para os agricultores, demandando políticas públicas – multidisciplinares, a partir da organização dos **atores sociais** locais – e reformas, especialmente a agrária, que promovam “(...) a inserção produtiva para as famílias rurais (...)”.

A necessidade imediata da presença do Estado afasta a idéia de que o **Novo Rural não precisa de regulação pública**. São novas formas de exploração dos espaços e do meio ambiente e, conseqüentemente, novos impactos gerados sobre esses recursos (GRAZIANO DA SILVA, 2001). Analisa-se o conjunto de acontecimentos apresentado como alternativa ao padrão produtivista fordista, ainda preponderante na indústria e agricultura. Ou seja, a sociedade passa a ter características pós-industriais. Nesse sentido, Marsdem (1989) *apud* Graziano da Silva (1999, p. 4) afirma ser importante uma nova forma de regulação do Estado para as atividades no meio rural, incluindo, entre outras, as questões ambientais e dos recursos naturais; do bem-estar social e do desenvolvimento rural.

Portanto, o Novo Rural significa incorporar as transformações na composição, nas ocupações e nas rendas das famílias rurais a partir dos anos 1980. Significa também reafirmar uma característica que permanece no caso brasileiro: a heterogeneidade desses acontecimentos. Os processos de formação, desenvolvimento e expansão das atividades rurais nas cinco grandes regiões do Brasil – e freqüentemente no interior das próprias regiões – são bastante distintos, gerando impactos igualmente distintos quando analisados sob a ótica do Novo Rural. A Região Nordeste e o estado da Bahia, por exemplo, apresentam resultados diferenciados quando comparados ao restante do país. Na seção seguinte retoma-se essa característica do meio rural brasileiro, focalizando o aspecto das ocupações no meio rural. As análises revelam, através das especificidades locais e regionais, os fatores que determinam a evolução das ocupações.

O CARÁTER REGIONAL DAS OCUPAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: CARACTERIZAÇÃO PARA O ESTADO DA BAHIA

O meio rural brasileiro é bastante diverso, tanto em relação aos ecossistemas quanto pela produção realizada no espaço rural, seja ela agropecuária ou de outros setores (indústria, comércio e serviços). Aspectos como os costumes, capacitação dos agricultores, emprego de tecnologias avançadas, intensividade do cultivo e, principalmente, o nível de desenvolvimento e a estrutura das economias regionais são preponderantes para analisar a quantidade e a qualidade das ocupações rurais. Tais características são

determinantes também no âmbito da agricultura familiar, onde a evidência da pluriatividade parece se tornar a tônica das ocupações nas últimas décadas. Isto notadamente em regiões cujo grau de desenvolvimento e diversificação das atividades econômicas é mais significativa, como as regiões Sul, Sudeste e, de certa forma, o Centro-Oeste.

A análise das ocupações no meio rural não avança adequadamente sem a ponderação das especificidades locais, pois nelas estão presentes as bases que permitem responder questões a respeito do desenvolvimento regional e da dinâmica das ocupações. Além disso, torna-se necessário distinguir de forma coerente o que se entende por espaço rural e avaliar as conseqüências das constantes mutações nos territórios como condição legal.⁷

Para Veiga (2002), o Brasil é menos urbano do que as estatísticas atuais expressam, pois existem interesses políticos com respeito às transferências de recursos do governo central e cobrança de impostos locais, donde torna-se uma constante a transformação de pequenos povoados e vilas, e até mesmo pequenas cidades, dependentes quase que exclusivamente da renda rural, em centros urbanos. Desta forma, aumenta-se a base tributária e, conseqüentemente, maiores montantes de recursos migram para as prefeituras. Souza e Del Grossi (2002), ao analisarem os dados das PNADs da década de 90 para o estado do Paraná, alertam quanto a esse fenômeno, e apesar da pesquisa manter fixas as áreas urbana e rural dos municípios ao longo da década, outros estudos que visam extrapolar os anos 1990 perdem em significância estatística.⁸ Portanto, não é possível detectar, com um grau de certeza razoável, as localidades e pequenas cidades onde prevalece a condição rural, e que por força de lei são denominadas urbanas. Contudo, é certo que estatísticas capazes de fornecer ao menos uma direção ou tendência da dinâmica das ocupações no meio rural são válidas, pois é necessário o conhecimento das realidades locais e regionais para implementar projetos que visem equacionar os diversos problemas, seja através de políticas públicas governamentais, das ações do terceiro setor ou da sociedade civil.

Kageyama e Hoffmann (2000) argumentam que, além do grau de desenvolvimento regional, a diminuição da pobreza rural depende, principalmente, da redução das disparidades do desenvolvimento da agricultura entre as regiões. Isto, por sua vez, depende de uma substancial elevação do nível de escolaridade das famílias domiciliadas em áreas rurais. Ainda para esses autores, a presença da pluriatividade nas famílias reduz pouco as chances de pobreza, e demonstra uma pequena capacidade das atividades não-agrícolas consistirem em uma solução isolada para a redução da pobreza rural.

Neste sentido, Hoffmann (2000), analisando a distribuição da renda nas regiões do Brasil, conclui que somente o Nordeste apresenta rendimento mediano inferior ao valor

⁷ A expressão território refere-se à condição legal das terras, definidas politicamente nos municípios, o que dificulta a apuração de estatísticas oficiais a respeito do meio rural, uma vez que os censos demográficos e outras pesquisas são executadas a partir desta definição.

⁸ As áreas rurais e urbanas nas PNADs são somente alteradas após os levantamentos censitários.

correspondente do restante do país. Isso reafirma a forte presença das disparidades regionais, notadamente, quanto ao desenvolvimento da agricultura nordestina e dos demais estados. Noutra análise, Goodman (1976) considera que a origem de grande parte dos problemas enfrentados pelos agricultores do Nordeste advém do processo de formação social, que promoveu uma convivência muito próxima dos modos de produção pré-capitalista e capitalista. Tal evidência, ainda não totalmente explicada sob o aspecto da evolução do capitalismo na região, é determinante na forma como se construiu a estrutura agrária e as relações de troca. Esses fatores, por sua vez, são entraves ao desenvolvimento regional (Nordeste) e se constituem nas diferenças mais relevantes, em comparação com as demais regiões brasileiras.

A percepção do desenvolvimento heterogêneo entre regiões e localidades, bem como a capacidade e possibilidades de ampliação da renda das pessoas residentes no meio rural dispensam, à primeira vista, maiores amparos estatísticos, e podem ser observáveis com uma simples visita técnica. Economias rurais e urbanas que viabilizam maiores níveis de ocupação e renda são raras em muitas regiões, sendo, contudo mais freqüentes no Sul e Sudeste. As microrregiões da serra gaúcha e o vale do Rio Itajaí em Santa Catarina são exemplos de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar em pequenas propriedades, com diversificação bastante significativa de outras atividades, como indústria, comércio e serviços em geral. Nessas microrregiões, as cidades são pequenas e os parques industriais normalmente encontram-se dentro ou próximos aos centros urbanos. As firmas comumente empregam mão-de-obra advinda da área rural e assim transferem renda, tanto para as localidades rurais quanto para as urbanas, dinamizando a economia local e gerando novas ocupações nos setores comércio e serviços. A prevalência da indústria sobre os demais setores se traduz num dos fatores que regulam a freqüência da pluriatividade. Os trabalhadores rurais pluriativos enfrentam turnos de trabalho em alguma parte do dia (manhã, tarde ou noite), atuando nos períodos disponíveis como lavradores em suas propriedades, donde extraem parte da renda familiar. É comum encontrar nessas famílias membros que se dedicam exclusivamente ao cultivo da terra e ao criatório de animais, especialmente os chefes de família (pais e mães), enquanto os filhos perfazem dupla jornada agrícola/não-agrícola.

Alentejano (2001) corrobora a idéia da dispersão e descentralização de plantas industriais em regiões específicas, principalmente em pequenos municípios do Sul do país. Além disso, salienta outras formas de pluriatividade relacionadas ao lazer e turismo, tanto na região Sul, quanto Sudeste. Entretanto, acredita que a dupla atividade se configura em **brutal elevação da jornada de trabalho**, implicando em superexploração da força de trabalho e sobrelucro do capital, pois **rebaixa** a remuneração paga ao conjunto de trabalhadores das indústrias. Desta forma, a associação da industrialização e pluriatividade significa uma forma diferenciada de desenvolvimento capitalista, baseada na redução dos custos de produção.

Paralelamente, Veiga (2002), defende o fortalecimento da agricultura familiar como forma de reduzir os desequilíbrios sócio-econômicos, além de distribuir adequadamente a renda

entre o capital e trabalho e entre a população urbana e rural. Uma das formas de incentivo é tornar o agricultor familiar em multifuncional, semelhante às experiências da União Européia, tais como a francesa, onde o agricultor, além de produzir bens agropecuários, também é considerado um protetor do meio ambiente, inclusive obtendo subvenções específicas para essa finalidade.

Portanto, a agricultura em larga escala que degrada o meio ambiente e poupa mão-de-obra encontra-se na contramão da agricultura desenvolvida e sustentável, na qual são utilizadas técnicas de produção que detêm preocupações ambientais, sobre o emprego e o bem estar social. Por isso que a resolução dos problemas do emprego no meio rural e da preservação do meio ambiente está condicionada, principalmente, à readequação das técnicas produtivas, além de outras medidas complementares, como a capacitação dos agricultores, educação, saúde, etc.

Atualmente, existem poucas fontes de dados disponíveis que auferem, mesmo que através de estimativas, a totalidade de pessoas ocupadas e a distribuição do emprego no meio rural. Essas fontes se tornam mais escassas à medida que se pretende estudar pequenas unidades territoriais (mesorregiões, microrregiões e municípios), especialmente em períodos de tempo relativamente extensos. Para os níveis de agregação: Brasil, grandes regiões e Estados, a PNAD (executada anualmente, exclui-se anos de censo demográfico) é uma das bases de dados que permite uma comparação entre estimativas de população ocupada e renda. Essa pesquisa possibilita projeções anuais do montante de pessoas ocupadas, baseadas nos dados censitários. Ademais, pode-se acompanhar a dinâmica das ocupações e rendas através da agregação dos indivíduos segundo domicílios. Isto proporciona uma aproximação das reais relações de renda no campo, pois, no meio rural as rendas são freqüentemente agrupadas segundo as famílias para posteriormente serem destinadas ao consumo. Sendo assim, adota-se uma agregação chamada **família ampliada ou extensa** que contempla o núcleo familiar comum e outros agregados naturais, como netos, primos e sobrinhos, entre outros, excluindo-se empregados domésticos e outros que não efetivamente residam no domicílio.

Anteriormente ao ano de 1992, as PNADs não consideravam, no total de ocupados, as pessoas ocupadas unicamente em autoconstrução e autoconsumo, tampouco apreciavam os trabalhadores não remunerados que perfaziam menos de 15 horas de trabalho na semana de referência.⁹ A partir de 1992, passou-se a considerar estes itens, mas impossibilitou-se a comparação direta com os dados de períodos anteriores. Entretanto, a partir dos microdados é possível reconstruir a série na base anterior a 1992, excluindo aquelas pessoas (autoconsumo, autoconstrução e não remunerados) que eram entendidas como desocupadas, conforme Souza e Del Grossi (2002, p. 810).

⁹ Normalmente, a semana de referência é a última semana do mês de setembro de cada ano. O período desta semana é considerado, especialmente, para verificar não somente o tamanho da PEA ocupada, mas também os desocupados.

Na Tabela 1 são observadas as taxas de crescimento das famílias ocupadas no meio rural não metropolitano do Brasil, Nordeste e Bahia. Os dados referem-se ao principal setor (empregador, conta própria e empregados) de origem das rendas e sua característica (agrícola, pluriativa, não-agrícola).

Tabela 1						
Taxas anuais de crescimento das famílias ocupadas segundo a situação do domicílio, área censitária e tipo de família – Brasil, Nordeste e Bahia, 1992-99						
Área Censitária/ Setor Principal	Brasil		Nordeste		Bahia	
	1992/99	1995/99	1992/99	1995/99	1992/99	1995/99
Não Metropolitano Rural	1,2***	1,6***	1,2***	1,7***	1,7***	2,4*
Empregador total	-1,4	0,4	-1,6	3,1***	6,2***	3,6
Agrícola	-2,2	-0,8	-1,7	-0,2	4,0	-2,4
Pluriativo	-5,2***	-4,6	-4,9**	1,0	11,3	4,1
Não-agrícola	10,4***	14,8***	7,5**	16,2***	nd	18,8*
Conta Própria	0,4	0,4	1,6**	1,8	2,2	5,3*
Agrícola	-0,6	-1,3	1,4	-0,3	1,7	3,9
Pluriativo	0,1	1,7	0,9	4,5	2,4	9,1
Não-agrícola	5,7***	5,0***	4,9***	3,6***	4,2***	4,9***
Empregados	1,6***	3,0***	0,4	2,9**	0,6***	1,0*
Agrícola	-0,9*	-1,1	-2,4*	-4,6*	-2,4**	-3,5*
Pluriativo	1,1	6,8**	1,2	14,5*	6,9**	14,5**
Não-agrícola	6,3***	8,1***	4,8**	9,6***	7,6***	8,4*
Não Ocupados	5,4***	3,3*	2,9	-1,9	1,4	-5,7

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP. Junho/2001.

Obs: As taxas de crescimento são uma estimativa do coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

Primeiramente, verifica-se um maior nível de ocupação das famílias em geral, ou seja, desconsiderando-se as demais desagregações. Este crescimento é observado tanto para o Brasil quanto para o Nordeste e Bahia, porém maior para os dois últimos. Isto pode significar, de certa forma, uma nova configuração das ocupações rurais em certas regiões do Brasil, especialmente onde o meio rural é menos desenvolvido e onde a proporção de desempregados pela evolução tecnológica ainda não atingiu o nível das regiões de agricultura mais tecnificada. Pode-se considerar, ainda, que a geração de ocupações não-agrícolas tem sido mais intensa que a média do Brasil no período mais recente, por conta do atraso em relação às regiões mais desenvolvidas. Estas apresentam, atualmente, taxas de crescimento mais baixas, haja visto o esgotamento da demanda por esse tipo de emprego. Isto se deve ao fato de que, nessas regiões, as taxas de crescimento das ocupações não-agrícolas foram substancialmente superiores entre a década de 80 e 1992, conforme analisado por Del Grossi (1999).

Dentre os principais setores, nota-se que os empregadores não-agrícolas sobressaem-se no Brasil e Nordeste; enquanto que na Bahia, destacam-se também os pluriativos. En-

tão, na Bahia, esse crescimento observado gera empregos não-agrícolas para trabalhadores do meio rural, como pode ser verificado na categoria empregados, onde crescem mais intensivamente os pluriativos e os não-agrícolas, em comparação com o Brasil e Nordeste. De maneira geral, esse crescimento dos empregadores pluriativos e não-agrícolas deve-se a uma tentativa de parte da população rural em buscar novas alternativas de obtenção de renda. Com isso, são abertos pequenos estabelecimentos comerciais que requerem baixos níveis de investimento inicial.

Entretanto, é entre os conta própria, ou seja, aqueles que não têm vínculo empregatício, que se verifica um crescimento inferior dos não-agrícolas da Bahia em relação ao Brasil e Nordeste (a não ser entre Nordeste e Bahia no período 1995/1999). Isto se deve, talvez, ao arrefecimento das políticas públicas que ampliaram as ocupações não-agrícolas na primeira metade dos anos 1990.

Contudo, entre os pluriativos e os exclusivamente agrícolas, as taxas de crescimento são relevantes. Para os conta própria pluriativos, a impossibilidade de ocupações agrícolas em virtude das secas constantes no período, principalmente no semi-árido, força os agricultores a buscarem ocupações não-agrícolas quaisquer, aumentando assim a quantidade de pluriativos. Dentre os agrícolas na Bahia, o crescimento se deve certamente à expansão da fronteira agrícola no oeste do Estado, aos projetos de irrigação que exploram, especialmente, a fruticultura (que é grande ocupadora de mão-de-obra) e a expansão da horticultura e cafeicultura em outras regiões. Ademais, observa-se há o desenvolvimento de algumas **ilhas de prosperidade**, como é o caso do município de Ajustina e região, no semi-árido, onde são cultivados grãos (PESQUISA MOA, 2001).

No Nordeste também são observadas regiões cuja agricultura se desenvolve rapidamente, como no Piauí, onde na microrregião dos cerrados exploram-se em larga escala a soja e o arroz; na microrregião do município de Parnaíba, cujo cultivo de frutas e a expansão da produção de leite se destacam; na microrregião de Picos (semi-árido) com a produção de castanha de caju, mel de abelhas e pequenos animais; na microrregião de São Raimundo Nonato, com o mel de abelhas, pequenos animais e mandioca; além da microrregião do médio Parnaíba (entorno da cidade de Teresina) com a produção de frutas, pequenos animais e mandioca (VILELA, 2000).

No Rio Grande do Norte, destaca-se o pólo fruticultor Açu/Mossoró, onde são envolvidos não somente a agricultura patronal, mas também pequenos produtores familiares e assentados da reforma agrária na produção de frutas para exportação, além de outras iniciativas como a produção de castanha de caju (SILVA, 2000). Em Alagoas, predomina a produção de cana-de-açúcar nos tabuleiros costeiros, mas com algum nível de diversificação, principalmente em relação à fruticultura. Observa-se ainda a expansão da pecuária sobre as áreas de cultivo de grãos no semi-árido. Nos pólos irrigados de Itiúba, Boacica e Marituba, cresce a produção de arroz, batata, inhame, mandioca, frutas, cana-de-açúcar e feijão. No agreste, cultivam-se o fumo, a mandioca e o milho, e atualmente expandem-se áreas com a produção de manga, abacaxi e hortaliças. Na

microrregião do baixo São Francisco, cultiva-se o arroz e pratica-se a pesca. No litoral, prevalecem o côco e frutas tropicais como o caju, manga e outras (VERAS; LIRA, 2000; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA, 2003).

Em Pernambuco, o pólo fruticultor de Petrolina consolidou-se como um dos maiores indutores da demanda por mão-de-obra agrícola. No Ceará, desenvolve-se a fruticultura e a extração de castanha de caju e cera de carnaúba em várias regiões do estado, além de outras iniciativas. No Maranhão, as expansões do cultivo de soja e arroz na mesorregião sul caracterizam-se por demandar pouca mão-de-obra, mas certamente não deixam de impulsionar o crescimento das ocupações agrícolas. Em Sergipe, há um relativo avanço da fruticultura e da produção de arroz no pólo irrigado de Propriá. No pólo irrigado de Betume, cultivam-se arroz, banana e mangaba. Além do pólo irrigado de Cotinguiba/Pindoba, onde se verifica a ampliação da produção de arroz, melancia, milho, milho verde, banana, coco verde, laranja, mangaba, pinha e tangerina.

Quanto às ocupações não-agrícolas entre os conta própria, observa-se que as taxas de crescimento do Nordeste e Bahia são inferiores aquelas verificadas no Brasil. Entretanto, após o Plano Real verifica-se uma equivalência entre as taxas de crescimento do Brasil e Bahia, que são superiores às do Nordeste. Para Del Grossi (1999), as ocupações não-agrícolas no período 1981/1995 no Brasil, em comparação com o Nordeste, são diferentes pela intensidade das taxas de crescimento entre os diversos tipos de ocupações, dentre os quais, para o Brasil, destacam-se pedreiros e, principalmente, ambulantes; no Nordeste, professores de 1º grau e balconistas atendentes. De certa forma, as diferenças nas taxas de crescimento são derivadas diretamente do montante total de ocupações.

Dessa forma, para um meio rural (na média) mais desenvolvido, onde permeiam quantidades relativamente altas de ocupados em determinadas categorias de ocupações, tornam-se necessários montantes cada vez maiores de ocupados entrantes no mercado de trabalho para sensibilizar as taxas de crescimento. Neste sentido, pode-se dizer que para a média das ocupações não-agrícolas no Brasil, em comparação com a média do Nordeste, a questão da educação (em relação à ocupação de professores de 1º grau) está mais avançada ou mais próxima ao ponto onde a demanda total seria atendida. Esta hipótese pode ser lançada também para a Bahia, onde, entretanto, a criação de ocupações não-agrícolas é um pouco diferenciada, principalmente quando comparada ao Brasil, especialmente pela quantidade de ocupações geradas pelo setor público na década de 90 (DEL GROSSI, 1999).

Para Couto Filho (2000), na Bahia, as ocupações que apresentam maiores taxas de crescimento nas décadas de 80 e 90 são: ajudante de pedreiro, motorista, servente faxineiro, balconistas atendentes, serviços domésticos, forneiro de olaria e professores de 1º grau. Estas duas últimas categorias obtiveram taxas de crescimento expressivas na década de 80 e início de 90, respectivamente 14,3% e 7,4% ao ano, embora no

período 1992/97 essas taxas tenham se alterado significativamente, -3,3% e 0,7% ao ano, respectivamente. As causas estão principalmente na: 1) Decadência da demanda por produtos das olarias e talvez um esgotamento das reservas naturais, donde efeitos semelhantes são vistos em outros Estados do Nordeste (Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte); 2) Ausência de concursos públicos na área de educação para substituição de aposentados e ampliação do sistema educacional público, os quais foram executados no período 1981/92, causando retrocesso nas taxas do período 1992/1997.

De todos os setores estudados por Couto Filho (2000), aqueles que mais cresceram em termos de ocupação são, em ordem decrescente: administração municipal, indústria de madeiras, assistência técnica (veículos), comércio ambulante, restaurantes e transporte de cargas. A maioria das ocupações tem origem no setor público (administração municipal), com programas de ampliação da rede de serviços públicos. No setor industrial (indústria de madeiras), ressalta-se a importância da ampliação das ocupações, principalmente no extremo sul e algumas regiões do litoral norte da Bahia, com grandes empresas que exploram a madeira para fabricação de papel e celulose; entretanto, nas demais regiões do estado inexistem tais empreendimentos.

As taxas de crescimento do setor de assistência técnica (veículos), estão vinculadas mais intensamente às cidades mais dinâmicas do estado ou pequenos pólos regionais, os quais detêm uma especificidade natural no setor terciário ou como centralizadores dos gastos da população da própria cidade e circunvizinhas. O setor de transporte de cargas está relacionado à expansão da produção de grãos no oeste. O setor de restaurantes é encontrado mais intensivamente em regiões litorâneas, onde existem vários centros turísticos que demandam maiores quantidades de mão-de-obra sazonalmente. Portanto, um dos poucos setores que está estreitamente ligado ao meio rural como um todo é o comércio ambulante, pois se observa este tipo de ocupação em praticamente todas as localidades.

A Bahia possui área relativamente extensa comparada com algumas outras unidades da Federação e alguns países europeus. Sendo assim, as dinâmicas regionais são bastante distintas, sobretudo a região semi-árida em contraste com a região litorânea e o oeste. Logo, a suposição de que as atividades rurais não-agrícolas estão por toda parte é demasiadamente pretensiosa. A região semi-árida, por exemplo, ocupa aproximadamente 2/3 de todo o Estado e constitui-se numa área generalizadamente pobre, cujas atividades econômicas são essencialmente dependentes das rendas agrícolas que, por sua vez, sofrem influência das condições climáticas (secas). Tais fatores fisiográficos causam flutuações acentuadas nas rendas anuais das famílias, pois apenas uma, a cada quatro ou cinco safras, é satisfatória.

Paralelamente, dentre as outras regiões, encontra-se a região cacaueteira, onde se observam constantemente crises de toda ordem (preços, doenças, clima, etc.). Entretanto, em algumas cidades desta região, como Ilhéus, Itacaré e Una, desenvolvem-se outros setores que não o agrícola, como o turismo (restaurantes, hotéis, pousadas e outros) e

umas poucas empresas, inexpressivas economicamente, do setor industrial que se instalaram nestas localidades.

Na Tabela 2 observa-se a composição das rendas familiares, divididas entre rendas agrícolas, não-agrícolas, aposentadorias e outras rendas. Estas rendas estão alocadas segundo os tipos de famílias (empregadoras, conta própria e empregados) e a sua característica básica, ou seja, famílias exclusivamente ligadas à atividade agrícola, famílias pluriativas e famílias unicamente dedicadas às atividades não-agrícolas, porém residentes no meio rural. A comparação entre Brasil, Nordeste e Bahia, revela que, de maneira geral (para o agregado), a importância da renda agrícola é maior no Nordeste e Bahia do que no Brasil, uma vez que as proporções das rendas agrícolas em relação às totais são respectivamente 47,5%, 47,6% e 41,6%. Portanto, a renda agrícola é mais significativa no total das rendas familiares no Nordeste e na Bahia em comparação com o Brasil. Este raciocínio pode ser estendido às aposentadorias, cuja importância, para o Brasil, é 17%, enquanto que para o Nordeste é 18,3% e para a Bahia 25,1%. Por exclusão, uma vez que as outras rendas têm peso limitado na composição da renda total, as rendas não-agrícolas obtêm menor importância, sobretudo, na Bahia, 25,7%, contra 38,1% no Brasil e 31,8% no Nordeste.

Nas desagregações por tipos de família, a categoria empregador pluriativo na Bahia, em comparação com o Brasil e Nordeste, tem nas rendas agrícolas uma maior importância (61,4%, 56,7% e 41%, respectivamente). Ademais, ao observar as rendas não-agrícolas, os resultados se invertem e representam 28%, 34,6% e 41,4% respectivamente. Somente no Nordeste as rendas agrícolas e não-agrícolas obtêm a mesma importância, cerca de 41%. Portanto, na Bahia, os empregadores pluriativos têm nas ocupações agrícolas sua principal fonte de renda. Neste caso, são agricultores relativamente grandes que, além da atividade agrícola, ainda mantêm pequenos comércios e visam extrair, ao menos, alguma renda adicional com essa atividade.

No Nordeste, as rendas agrícolas desses empregadores são menos relevantes em comparação com os da Bahia, então, naturalmente as rendas não-agrícolas passam a ter maior importância. Contudo, não quer dizer que sejam maiores nominalmente. Na categoria conta própria pluriativo para o Nordeste e Bahia, a relação entre as rendas agrícolas e não-agrícolas se torna menos díspar. Entretanto, existe uma maior importância para as aposentadorias como diferencial no total das rendas, pois para o Brasil as aposentadorias significam apenas 12,7% da renda total, enquanto que no Nordeste são 16,9%, e 15,1% na Bahia, ou seja, com uma menor renda, tanto na atividade agrícola quanto não-agrícola, as aposentadorias tornam-se cada vez mais importantes. Portanto, não se pode desprezar o fato de que nesta categoria as rendas agrícolas no Nordeste e Bahia representam menos na renda total familiar, não pela superioridade das rendas não-agrícolas, mas pelas dificuldades de gerar rendas agrícolas maiores. Justifica-se, então, a importância das aposentadorias.

Na categoria empregados pluriativos reside uma diferença fundamental entre Brasil, Nordeste e Bahia. No Brasil as rendas agrícolas e não-agrícolas compõem a renda

Tabela 2
Composição da renda das famílias em 1999 e taxas de crescimento ao ano das parcelas que compõem a renda total no período 1992/1999, segundo a situação do domicílio, área censitária e tipo de família – Brasil, Nordeste e Bahia

Área Censitária/ Tipo de Família	Brasil												Nordeste												Bahia																							
	Agrícola				Não-Agríc.				Aposent.				Outras				Agrícola				Não-Agríc.				Aposent.				Outras																			
	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano	% do total	% ao ano																				
Não Metropolitano Rural	41,6	-4,9***	38,1	4,6***	17,0	3,2	3,3	4,2	47,5	-5,4***	31,8	6,0**	18,3	0,9	2,4	4,0	47,6	-3,5*	25,7	4,0	25,1	2,1	1,6	-7,7	46,9	-4,9***	43,3	13,6***	6,2	-2,15	3,6	12,7	61,6	-7,3**	10,6	16,6***	25,7	-3,0	2,1	10,1	51,6	-8,9*	29,9	-0,4	18,1	21,8***	0,3	-11,6
Empregador total	88,4	2,5	0,0	-	9,2	-2,6	2,4	5,0	82,7	-6,5	0,0	-	17,1	-1,9	0,2	-6,1	66,5	-9,1	0,0	-	32,6	25,0***	0,8	-14,6	88,4	2,5	0,0	-	9,2	-2,6	2,4	5,0	82,7	-6,5	0,0	-	17,1	-1,9	0,2	-6,1	66,5	-9,1	0,0	-	32,6	25,0***	0,8	-14,6
Agrícola	56,7	-6,6*	34,6	4,1	7,1	-1,4	1,6	-8,7	41,0	-3,8**	41,4	-3,7	15,7	-8,9	1,9	12,6	61,4	-0,8	28,0	-8,5	10,6	21,0	0,0	0,0	56,7	-6,6*	34,6	4,1	7,1	-1,4	1,6	-8,7	41,0	-3,8**	41,4	-3,7	15,7	-8,9	1,9	12,6	61,4	-0,8	28,0	-8,5	10,6	21,0	0,0	0,0
Pluriativo	0,0	-	90,8	7,5*	2,7	12,5	6,5	37,5	0,0	-	93,7	13,4***	5,4	27,7	0,9	0,0	0,0	0,0	-	94,0	-5,1	6,0	5,0	0,0	0,0	0,0	-	90,8	7,5*	2,7	12,5	6,5	37,5	0,0	-	93,7	13,4***	5,4	27,7	0,9	0,0	0,0	0,0					
Não-agrícola	48,6	-5,1***	30,7	2,7	17,7	5,1**	3,0	4,1	40,8	-5,8**	39,6	2,8	17,1	2,9	2,5	7,0***	49,8	-6,8***	25,0	0,6	23,9	4,8*	1,3	-13,3	48,6	-5,1***	30,7	2,7	17,7	5,1**	3,0	4,1	40,8	-5,8**	39,6	2,8	17,1	2,9	2,5	7,0***	49,8	-6,8***	25,0	0,6	23,9	4,8*	1,3	-13,3
Conta Própria	71,1	-3,9*	0,0	-	25,7	6,5***	3,2	4,0	74,3	-5,4**	0,0	-	23,7	5,6*	2,0	6,2	63,6	-10,3***	0,0	-	34,8	5,2*	1,6	-9,1	71,1	-3,9*	0,0	-	25,7	6,5***	3,2	4,0	74,3	-5,4**	0,0	-	23,7	5,6*	2,0	6,2	63,6	-10,3***	0,0	-	34,8	5,2*	1,6	-9,1
Agrícola	51,1	-5,3***	33,8	0,5	12,7	4,3*	2,4	1,8	48,0	-6,0*	32,2	3,2	16,9	2,3	2,9	10,1*	49,6	0,2	34,2	-0,3	15,1	9,5*	1,1	-21,3*	51,1	-5,3***	33,8	0,5	12,7	4,3*	2,4	1,8	48,0	-6,0*	32,2	3,2	16,9	2,3	2,9	10,1*	49,6	0,2	34,2	-0,3	15,1	9,5*	1,1	-21,3*
Pluriativo	0,0	-	86,9	-0,8	9,6	1,9	3,6	4,4	0,0	-	86,7	-1,0	10,8	-6,0	2,5	4,1	0,0	0,0	90,6	0,2	8,2	-11,2*	1,1	-1,8	0,0	-	86,9	-0,8	9,6	1,9	3,6	4,4	0,0	-	86,7	-1,0	10,8	-6,0	2,5	4,1	0,0	0,0	90,6	0,2	8,2	-11,2*	1,1	-1,8
Não-agrícola	36,3	-3,2***	51,1	3,8*	10,2	2,1	2,4	3,7	40,0	-5,7**	45,3	5,4*	12,2	1,3	2,5	2,5	54,2	-0,7	33,1	5,9*	11,3	-3,5*	1,3	-13,9	36,3	-3,2***	51,1	3,8*	10,2	2,1	2,4	3,7	40,0	-5,7**	45,3	5,4*	12,2	1,3	2,5	2,5	54,2	-0,7	33,1	5,9*	11,3	-3,5*	1,3	-13,9
Empregados	87,6	0,4	0,0	-	10,5	-1,0	1,9	5,9	84,7	-0,2	0,0	-	13,1	-4,6	2,2	14,5	86,1	1,6***	0,0	-	12,2	-5,8*	1,7	-5,0	87,6	0,4	0,0	-	10,5	-1,0	1,9	5,9	84,7	-0,2	0,0	-	13,1	-4,6	2,2	14,5	86,1	1,6***	0,0	-	12,2	-5,8*	1,7	-5,0
Agrícola	44,3	-4,7*	44,3	-1,9	8,6	4,0	2,8	9,3	35,2	-8,3**	48,8	1,3	12,6	10,4	3,4	16,7	47,4	2,0	45,1	-1,6	7,0	-5,4	0,5	-26,0	44,3	-4,7*	44,3	-1,9	8,6	4,0	2,8	9,3	35,2	-8,3**	48,8	1,3	12,6	10,4	3,4	16,7	47,4	2,0	45,1	-1,6	7,0	-5,4	0,5	-26,0
Pluriativo	0,0	-	87,1	-0,9	10,4	2,0	2,5	-2,3	0,0	-	87,0	-2,2***	11,0	1,5	2,0	-10,8	0,0	0,0	86,1	-3,3*	12,6	9,4	1,3	-26,5*	0,0	-	87,1	-0,9	10,4	2,0	2,5	-2,3	0,0	-	87,0	-2,2***	11,0	1,5	2,0	-10,8	0,0	0,0	86,1	-3,3*	12,6	9,4	1,3	-26,5*
Não-agrícola	0,0	-	87,1	-0,9	10,4	2,0	2,5	-2,3	0,0	-	87,0	-2,2***	11,0	1,5	2,0	-10,8	0,0	0,0	86,1	-3,3*	12,6	9,4	1,3	-26,5*	0,0	-	87,1	-0,9	10,4	2,0	2,5	-2,3	0,0	-	87,0	-2,2***	11,0	1,5	2,0	-10,8	0,0	0,0	86,1	-3,3*	12,6	9,4	1,3	-26,5*

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP-Junho/2001

Obs: As taxas de crescimento são uma estimativa do coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

familiar em igual proporção (44,3%), enquanto que no Nordeste as rendas não-agrícolas são mais importantes que as agrícolas (respectivamente 48,8% e 35,2%). Isto decorre justamente pela dificuldade de geração de rendas agrícolas e pelas aposentadorias (12,6%). Já na Bahia, as aposentadorias não significam tanto (em relação ao Nordeste) e as rendas não-agrícolas são apenas cerca de dois pontos percentuais menores que as rendas agrícolas. Isto devido à insuficiência das rendas agrícolas, e não pelas rendas não-agrícolas serem altas, sendo ao contrário baixas.

Na análise das taxas de crescimento anuais, das parcelas referentes à renda agrícola, não-agrícola e aposentadorias entre os pluriativos das diversas categorias, há subsídios que reafirmam a insuficiência das rendas agrícolas na Bahia, especialmente entre os conta própria. Nestes, há uma estabilidade, ou seja, as taxas estiveram praticamente estáticas durante o período (0,2%), enquanto que para os empregadores foi negativa (-0,8%) e somente entre os empregados cresceram cerca de 2% ao ano. Diferentemente da Bahia, no Nordeste as taxas de crescimento das rendas agrícolas (pluriativos) são negativas em todas as categorias (empregadores -3,8%, conta própria -6,0% e empregados -8,3%). Isto revela as más condições na geração dessas rendas e, conseqüentemente, aumenta a importância das não-agrícolas e aposentadorias. No Brasil, para os empregadores, conta própria e empregados, a proporção das rendas agrícolas cai respectivamente para 6,6%, 5,3% e 4,7%. Esta queda é provocada tanto pela redução da importância das rendas agrícolas, quanto pelo incremento das não-agrícolas. Generalizadamente, pode-se dizer que a renda agrícola vem perdendo significância no Brasil e Nordeste, com exceção da Bahia, onde há uma certa inércia nos conta própria e um crescimento pouco expressivo entre os empregados.

Quanto a evolução das rendas não-agrícolas dos pluriativos, observa-se que entre os empregadores elas sofrem um decréscimo, tanto na região Nordeste (3,7%) quanto na Bahia (8,5%). Contrariamente, no Brasil há um crescimento expressivo de 4,1% ao ano. Entre os empregados as rendas não-agrícolas perdem importância tanto na Bahia quanto no Brasil, com exceção do Nordeste onde houve um crescimento de 1,3% ao ano. Contudo, é na categoria dos conta própria na Bahia que se observa uma certa estagnação das rendas não-agrícolas, com uma queda de 0,3% ao ano. Por outro lado, as aposentadorias crescem cerca de 9,5% ao ano. Este quadro não se verifica no Brasil e, principalmente, no Nordeste, onde as rendas não-agrícolas crescem 3,2% ao ano e as aposentadorias 2,3% ao ano. Uma exceção é a baixa taxa de crescimento das rendas não-agrícolas no Brasil, apenas 0,5% ao ano.

Resumidamente, pode-se concluir que na Bahia há uma redução da importância das rendas não-agrícolas e agrícolas. Sendo assim, aumenta a significância relativa das aposentadorias na composição da renda familiar. No Nordeste, as rendas agrícolas também perdem importância. Logo, as rendas não-agrícolas e aposentadorias ganham maior significância, embora em menor proporção. No Brasil, fica claro que as rendas das famílias agrícolas e não-agrícolas encontram-se praticamente estacionárias (com ligeiras quedas e algumas altas significativas), enquanto que as rendas de aposentadorias aumentam seu grau de importância.

Na Tabela 3 são apresentadas as taxas de crescimento da renda total familiar entre 1995/1999 e a renda *per capita* em 1999, segundo as categorias de famílias e regiões (Brasil, Nordeste e Bahia). Numa análise isolada, as taxas explicitam as quedas nas rendas das famílias pluriativas em praticamente todas as categorias (empregadores, conta própria e empregados) e regiões, com exceção dos pluriativos conta própria na Bahia, onde as rendas cresceram 0,6% ao ano, entre 1995/1999. Este dado se coaduna com a hipótese de que no semi-árido a ausência de rendas agrícolas (devido às secas) e as rendas não-agrícolas pouco significantes são compensadas pelas aposentadorias e se concretizam, então, em taxas modestas. Ademais, fica claro que as ocupações não-agrícolas são de baixa qualificação por fornecerem pequenas rendas adicionais. Isto se deve à insciência econômica local e ao baixo nível educacional da população rural.

Tabela 3
Taxa de crescimento da renda familiar entre 1995/99 e renda *per capita*, segundo a situação do domicílio, área censitária e tipo de família. Brasil, Nordeste e Bahia, 1995-99

Área Censitária/ Tipo de Família	Brasil		Nordeste		Bahia	
	1995/99 % ao ano	Renda <i>per</i> <i>Capita</i> 1999	1995/99 % ao ano	Renda <i>per</i> <i>Capita</i> 1999	1995/99 % ao ano	Renda <i>per</i> <i>Capita</i> 1999
Não Metropolitano Rural	0,00	105,99	0,30	74,37	-0,60	68,01
Empregador total	2,10**	377,32	3,90	245,10	-2,60	184,95
Agrícola	2,10	309,39	-5,10	126,60	-3,80	153,60
Pluriativo	-2,90	324,03	-4,30*	177,93	-1,70	210,40
Não-agrícola	8,30**	569,15	13,60**	544,09	-4,60	214,60
Conta Própria	-1,00	93,57	-1,70	63,79	-3,10***	67,11
Agrícola	-1,40	80,49	-1,80	53,62	-6,30***	59,46
Pluriativo	-2,20	89,44	-1,80	61,43	0,60	72,82
Não-agrícola	-0,40	154,79	-1,70	116,05	-1,30	90,02
Empregados	0,80	96,44	-1,10	78,80	0,70	57,60
Agrícola	0,40	67,06	-0,60	46,58	0,40	50,71
Pluriativo	-2,60	92,27	-1,50	70,54	-0,90	61,20
Não-agrícola	-0,60	137,30	-2,20***	122,80	-2,80*	72,99
Não Ocupados	1,90	90,18	0,80	79,74	3,80	89,66

Fonte: PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP Junho/2001.

Obs: As taxas de crescimento são uma estimativa do coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20% de significância.

Obs: Valores em reais de Setembro/99.

Na Bahia, as rendas das famílias dependentes exclusivamente de atividades não-agrícolas decrescem em todas as categorias (em razão dos mesmos motivos citados anteriormente), especialmente dos empregadores (4,6% ao ano). Contrariamente, nestes, especialmente no Brasil e Nordeste, as taxas de crescimento das rendas não-agrícolas são positivas e bastante altas, respectivamente 8,3% e 13,6% ao ano, contribuindo para o aumento das ocupações de empregados não-agrícolas (setores comércio e serviços), contudo, sem aumentos relativos nas rendas. Paralelamente, observa-se uma

redução nas rendas das famílias exclusivamente agrícolas, em todas as três categorias da região Nordeste, especialmente nas categorias empregadores e empregados, em decorrência das condições adversas da agricultura nordestina. Dentre os conta própria agrícola na Bahia, destaca-se a maior queda de renda (6,3%), devido aos mesmos fatores determinantes do Nordeste.

Portanto, a depender da região, podem ser encontradas taxas positivas de acréscimos de renda entre os agrícolas (Brasil – empregadores 2,1% e empregados 0,4% e Bahia – empregados 0,4%), os pluriativos (Bahia – conta própria 0,6%) e os não-agrícolas (Brasil e Nordeste – empregadores), sendo que o restante obteve taxas negativas que variaram de 0,6% (não-agrícolas empregados no Brasil) a 6,3% (conta própria agrícolas na Bahia). Desta análise pode-se observar claramente que os mais prejudicados são os conta própria agrícolas na Bahia e os mais beneficiados são os empregadores não-agrícolas no Nordeste.

A partir da análise das rendas *per capita* pode-se concluir que a maior diferença de renda entre não-agrícolas e agrícolas está nos empregadores do Nordeste, enquanto que a menor diferença encontra-se entre os empregadores na Bahia. Portanto, na média das rendas de cada uma das regiões, ser não-agrícola no Nordeste é melhor do que ser não-agrícola na Bahia. Algumas exceções importantes estão entre os conta própria (agrícolas e pluriativos) na Bahia, onde a renda *per capita* é superior somente ao Nordeste, ou seja, se a família é exclusivamente agrícola ou pluriativa na Bahia, obtém renda superior em torno de 11% e 19%, respectivamente.

Outro caso no qual as famílias da Bahia auferem maiores remunerações em comparação com o Nordeste é entre os empregados agrícolas, cuja renda é superior em aproximadamente 9%. Quanto à diferença entre ser unicamente agrícola, não-agrícola ou pluriativo, o maior distanciamento na renda auferida está nos empregadores não-agrícolas e agrícolas do Nordeste (205%), com os primeiros em melhor situação. Na Bahia encontra-se a menor diferença de renda, que é entre os empregadores não-agrícolas e pluriativos (2%). Portanto, de acordo com a renda *per capita*, conclui-se que existe uma grande diferença, principalmente, entre ser empregador ou conta própria, no Nordeste e Bahia, pois, para as categorias não-agrícolas e pluriativos na Bahia, as rendas não refletem grandes diferenças, contrariamente ao Nordeste. A mesma reflexão pode ser feita para os conta própria e empregados agrícolas, pois ser agrícola na Bahia é significativamente melhor do que no restante do Nordeste. Excluindo-se aí os demais fatores que permeiam a qualidade das ocupações, como condições de trabalho, esforço, horas de trabalho e outros.

De maneira geral, todas as afirmações acerca das ocupações e rendas no meio rural consolidam a posição das famílias exclusivamente agrícolas como as que percebem as menores rendas entre todos os estratos de categoria, e cujas ocupações decrescem nas regionalizações mais desagregadas. As causas disso são determinadas pela crise no setor agrícola e/ou pela expansão dos demais setores. Entretanto, em sentido contrário,

na Bahia crescem os conta própria agrícolas, cujas rendas decrescem em valores absolutos e na composição da renda familiar (crises no setor agrícola, em geral – secas, pragas, entre outros), mas são compensadas em parte pelas rendas de aposentadorias. Ademais, observa-se na Bahia que apesar dos não-agrícolas obterem maior renda absoluta e as ocupações crescerem aceleradamente no período, a renda decresce, tanto em valores absolutos, quanto na composição relativa da renda familiar total; o que não acontece, de maneira geral, no Brasil e Nordeste. Portanto, dentre os pluriativos e não-agrícolas, há uma incapacidade de gerar rendas não-agrícolas significativas na Bahia.

ESTUDOS DE CASO DAS OCUPAÇÕES RURAIS NA BAHIA

Em pesquisa realizada em 2001 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e organizada pelo Projeto RURBANO do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), três estudos de caso foram executados no Estado da Bahia. O objetivo principal foi captar algumas especificidades locais e verificar os fatores determinantes das ocupações e rendas no meio rural baiano.

Os estudos de caso foram executados nos municípios de Irecê, Ilhéus e Barreiras, onde foram analisados 60 domicílios (em cada município). Os questionários foram organizados e elaborados pelo Instituto de Economia da UNICAMP, bem como a forma de sorteio dos domicílios e o método de abordagem e entrevista seguidos. Nessa pesquisa, não houve preocupação excessiva com relação à significância estatística, mas sim em analisar os resultados colhidos em uma amostra aleatória do meio rural baiano.

Na Tabela 4 são apresentadas as características gerais das amostras coletadas. Nestas características é possível verificar uma maior proporção de pessoas com 65 anos ou mais de idade nos municípios de Irecê e Ilhéus, cuja conseqüência é a maior proporção de aposentados e de rendas advindas das transferências governamentais (aposentadorias e pensões). Paralelamente, a proporção de analfabetos e semi-analfabetos também é maior nos municípios de Ilhéus e Irecê, o que implica diretamente numa limitação quanto à obtenção de ocupações e rendas não-agrícolas qualificadas, bem como dificuldades na implementação de estratégias que visem o aumento da renda agrícola.

Os três municípios são particularmente distintos entre si, pois revelam algumas das grandes diferenças regionais, do desenvolvimento rural e de ecossistemas, encontrados na Bahia. O município de Irecê está localizado no semi-árido baiano e se destaca como produtor potencial de grãos. Os agricultores dessa região, de maneira geral, estão sujeitos às crises advindas das secas e das oscilações dos preços dos produtos no mercado regional e nacional. O município de Ilhéus situa-se na região cacauzeira da Bahia (tabuleiros costeiros do Sul da Bahia) e é significativamente dependente da economia do cacau, que se encontra em crise desde meados da década de 80, em razão da queda nos

Tabela 4
Características gerais das amostras. Barreiras, Ilhéus e Irecê

Características	Barreiras	Ilhéus	Irecê
Número de domicílios (dom)	60,0	60,0	60,0
Número de residentes (res)	258,0	236,0	241,0
Residentes por domicílio (res/dom)	4,3	3,9	4,0
Tamanho médio da família (exclusive os agregados)	4,3	3,9	4,0
Gênero			
proporção de homens (%)	47,7	56,4	47,3
proporção de mulheres (%)	52,3	43,6	52,7
Idade			
proporção de pessoas com menos de 14 anos (%)	28,7	28,0	28,2
proporção de pessoas com 65 anos ou mais (%)	6,6	8,1	10,4
Escolaridade das pessoas com 7 anos ou mais de idade			
proporção de analfabetos (%)	16,4	12,9	18,6
proporção de semi-analfabetos ¹ (%)	7,1	11,4	10,0
proporção de pessoas com 1o grau completo (%)	5,3	6,7	4,8
proporção de pessoas com 2o grau completo (%)	5,3	6,7	4,8
proporção de pessoas com superior completo (%)	0,4	1,9	0,0
Anos de estudo médio das pessoas de 7 anos ou mais	3,9	4,0	3,7

Fonte: SEI/IE – UNICAMP

1- apenas lê e escreve o próprio nome.

preços internacionais do cacau, e agravada nos anos 1990 pela infestação de doenças nos cacauais. Barreiras, por sua vez, localiza-se nos cerrados da Bahia e tem obtido resultados positivos quanto à ampliação da produção, às custas do avanço sucessivo da fronteira agrícola com o cultivo grãos (soja, milho, feijão, algodão, dentre outros) e o emprego de alta tecnologia. Para facilitar o entendimento quanto às diferenças regionais, a localização geográfica dos municípios pode ser observada no Mapa 1.

Em Barreiras e Ilhéus predominam as grandes fazendas, nas quais há muitas distinções com respeito ao emprego da mão-de-obra. No município de Barreiras, a utilização de tecnologia avançada em todas as fases dos cultivos e a própria característica da produção de grãos reduz a demanda relativa por mão-de-obra, em comparação com a produção de cacau em Ilhéus. Na cacauicultura, a necessidade de quantidades elevadas de mão-de-obra é uma premissa básica, pois o uso da mecanização é limitado. Na lavoura cacauera, respeitado um certo limite, quanto maior o emprego de mão-de-obra, melhores são os tratos culturais e, conseqüentemente, maiores são os rendimentos físicos. Outro fator específico das culturas semelhantes à cacauicultura, tal como a citricultura, é a superioridade da demanda por mão-de-obra na colheita, em relação aos demais tratos culturais, devido, especialmente, ao excesso de trabalho manual. Então, se não há contratação suficiente de empregados para a colheita, esta será comprometida e, conseqüentemente, caem os lucros, a não ser que os preços do produto estejam tão baixos que não compense efetuar a colheita.

Em Irecê, a estrutura agrária é menos concentrada, em comparação com Ilhéus e Barreiras, e o uso de máquinas nos principais tratos culturais é intenso. Contudo, a demanda por mão-de-obra (por unidade de área e produto) é significativamente

MAPA 1 – DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DA BAHIA - 2003



maior que em Barreiras, onde se pratica uma agricultura similar, ao menos em relação à parcela representativa dos produtos cultivados. Isto se deve, principalmente, ao fato de que as máquinas são, geralmente, alugadas e a maioria dos agricultores não têm condições financeiras de perfazer todos os tratos culturais necessários, tais como capinas freqüentes.

Na Tabela 5 observa-se que dentre as famílias pesquisadas nos municípios, as não-agrícolas são mais freqüentes em Ilhéus, onde 41,7% dos domicílios e 41,9% das pessoas são exclusivamente não-agrícolas. Entretanto, outras rendas compõem a renda total dessas famílias, pois quando se observa a origem da renda, apenas 31,7% dos domicílios e 34,3% das pessoas contribuem em proporção maior que 50% da renda total familiar. Neste caso, as aposentadorias explicam essa variação, uma vez que neste município, 23,3% dos domicílios têm nas rendas de aposentadorias e outras rendas mais de 50% da renda total. Portanto, em grande parte dos domicílios, as rendas não-agrícolas são insuficientemente significativas para influenciar, sobremaneira, a compo-

sição da renda total. Os domicílios pluriativos também não obtêm grande representatividade, pois compõem apenas 11,7% dos domicílios totais e 15,3% do total de pessoas.

Tabela 5
Distribuição dos domicílios e pessoas amostrados segundo atividade da família e pessoas na semana de referência – Ilhéus, Irecê e Barreiras, 2001

Tipos de Famílias	Ilhéus		Irecê		Barreiras	
	Domicílios %	Pessoas %	Domicílios %	Pessoas %	Domicílios %	Pessoas %
Atividade da Família na Semana						
Agrícola	28,3	26,3	53,3	57,7	51,7	50,4
Pluriativo	11,7	15,3	20,0	22,4	43,3	46,1
Não-agrícola	41,7	41,9	10,0	9,1	1,7	1,9
Não-ocupado	18,3	16,5	16,7	10,8	3,3	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Origem da Renda Familiar						
50% ou mais de origem agrícola	28,3	27,5	35,0	39,4	35,0	34,1
50% ou mais de origem não-agrícola	31,7	34,3	18,3	18,3	15,0	12,8
50% ou mais de origem aposent + outras	23,3	16,9	36,7	29,0	23,3	22,9
Outras combinações	16,7	21,2	10,0	13,3	26,7	30,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEI/IE-UNICAMP

Nos municípios de Irecê e Barreiras prevalecem famílias e pessoas cuja atividade está exclusivamente ligada à agricultura. Como se pode observar na Tabela 5, em Irecê e Barreiras 53,3% e 51,7% dos domicílios, respectivamente, são essencialmente agrícolas. Paralelamente, 57,7% e 50,4% das pessoas estão restritas às ocupações agrícolas. Entretanto, as famílias e pessoas pluriativas são mais frequentes em Barreiras, com 43,3% e 46,1% respectivamente, ao passo que em Irecê somente 20% dos domicílios são pluriativos e pouco mais de 22% das pessoas tem ocupações agrícolas e não-agrícolas. Observa-se ainda, em Irecê, que grande proporção dos domicílios e pessoas (36,7% e 29%) obtêm mais de 50% da sua renda total advinda de aposentadorias e outras rendas.

Verifica-se também nestes dois municípios (Irecê e Barreiras) que poucos domicílios e pessoas estão unicamente ocupados em atividades não-agrícolas, em comparação com Ilhéus. Todavia, a pluriatividade se apresenta em proporções maiores (que em Ilhéus), porém menos representativa na renda total familiar, uma vez que proporções menores de domicílios têm na renda não-agrícola 50% ou mais da sua renda total. Portanto, pode-se concluir que as ocupações não-agrícolas e a pluriatividade são encontradas, com maior ou menor intensidade, nos três municípios pesquisados. Entretanto, contribuem pouco para a formação da renda total da família, com exceção de Barreiras.

Outro fator a ser devidamente observado é a proporção de famílias e pessoas desocupadas. Em Ilhéus pode-se verificar os maiores níveis, tanto na proporção de domicílios, quanto às pessoas não-ocupadas (18,3% e 16,5%). No município de Irecê também se

observa tal fenômeno, contudo é menos intenso apesar de bastante significativo, tanto entre as famílias, quanto entre as pessoas (16,7% e 10,8%). Já em Barreiras os desocupados representam relativamente pouco em relação a Ilhéus e Irecê. Nestes, tal constatação corrobora a redução da demanda por mão-de-obra inerente às crises pelas quais vêm passando essas duas economias. Ademais, a percepção das rendas não-agrícolas não compensa a redução das rendas agrícolas, pois, como visto anteriormente, não se apresentam como preponderantes na composição da renda total das famílias.

Na Tabela 6, a distribuição dos domicílios segundo a posição da ocupação principal de todos os residentes revela uma equivalência entre os domicílios conta própria agrícolas em Ilhéus e Barreiras e uma certa prevalência dos conta própria em Irecê, além da alta proporção de empregados não agrícolas em Ilhéus. Entretanto, quando se analisa a origem da renda familiar percebe-se que tanto em Ilhéus quanto em Irecê as rendas não-agrícolas não se confirmam na mesma proporção como principal fonte de renda. É em decorrência desses fatores que prevalecem as rendas de aposentadorias e outras rendas, retraindo sobremaneira a proporção de famílias cuja origem não-agrícola gera 50% ou mais da renda total. Ademais, tanto as rendas agrícolas quanto as não-agrícolas perdem importância quando se auferem as rendas de aposentadorias e outras rendas.

Em Barreiras acontece uma certa paridade entre a proporção de domicílios com renda principal não-agrícola e aqueles cuja participação das rendas não-agrícolas contribuem com 50% ou mais sobre a renda total. Isto também acontece entre os domicílios de empregados não-agrícolas em Irecê, uma vez que as aposentadorias e outras rendas não significavam tanto nesta categoria e as rendas não-agrícolas são representativas quanto ao total das rendas. Contudo, entre os empregados assalariados não-agrícolas de Barreiras (20%), nota-se que, em contraste com a origem da renda familiar dos domicílios com 50% ou mais da renda total não-agrícola (21,4%), há uma diferença de 1,4 ponto percentual que é coberto pelos pluriativos. Portanto, no município de Barreiras, a estrutura econômica permite que parte dos pluriativos tenham rendas não-agrícolas superiores às agrícolas, o que geralmente não acontece nos demais municípios, com exceção dos conta própria não-agrícolas de Irecê e Barreiras, que provavelmente são tratoristas e outras ocupações ligadas ao aluguel de máquinas agrícolas.

Se observada esta mesma distribuição, considerando-se somente a pessoa de referência, conforme Tabela 7, é possível verificar que a proporção de desempregados e inativos diminui, principalmente, entre os pluriativos e agrícolas. Em contrapartida, existe uma maior proporção de ocupações nos empregados agrícolas e pluriativos de Irecê (25% e 33,3%, respectivamente), enquanto que, paralelamente, não há ocupações não-agrícolas para esta categoria. Em Barreiras, destaca-se a proporção de empregados pluriativos ocupados (30,8%). Por outro lado, em Ilhéus cresce significativamente a proporção de empregados ocupados em atividades exclusivamente não-agrícolas (36,0%).

Tabela 6
Distribuição dos domicílios amostrados segundo a posição na ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001 – Ilhéus, Irecê e Barreiras

Tipos de Famílias	Empregador			Conta Própria			Empregado Assalariado			Empregado Doméstico			Não Remunerado			Desempregado ou Inativo		
	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)
Atividade da Família na Semana																		
Agrícola	0,0	0,9	4,9	27,7	24,5	27,5	10,6	18,9	5,9	0,0	0,9	0,0	0,0	2,1	4,7	59,6	50,0	52,0
Pluriativo	3,0	0,0	0,0	27,3	40,0	26,0	21,2	24,4	17,0	0,0	4,4	1,0	0,0	0,0	6,7	48,5	24,4	40,0
Não-agrícola	1,2	0,0	0,0	15,5	22,2	20,0	22,6	27,8	20,0	0,0	11,1	0,0	0,0	1,2	0,0	59,5	38,9	60,0
Não-ocupado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0
Origem da Renda Familiar																		
50% ou mais de origem agrícola	0,0	0,0	5,9	24,0	24,6	19,1	16,0	24,6	11,8	0,0	1,4	1,5	2,0	4,3	5,9	58,0	44,9	55,9
50% ou mais de origem não-agrícola	1,3	0,0	0,0	14,7	30,3	25,0	21,3	27,3	21,4	0,0	9,1	0,0	0,0	3,0	7,1	62,7	30,3	46,4
50% ou mais de origem aposent + outras	2,7	1,5	2,0	24,3	24,6	36,7	5,4	9,2	6,1	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	4,1	67,6	56,9	51,0
Outras combinações	0,0	0,0	0,0	8,8	20,8	25,8	14,7	16,7	10,6	0,0	0,0	0,0	2,9	0,0	27,3	73,5	62,5	36,4
Total	1,0	0,5	2,4	17,9	25,1	26,1	15,8	18,8	11,4	0,0	2,6	0,5	1,0	4,2	12,3	64,3	48,7	47,4

Fonte: SEI/IE-UNICAMP

Tabela 7
Distribuição dos domicílios amostrados segundo a posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência, na última semana de setembro de 2001 – Ilhéus, Irecê e Barreiras

Tipos de Famílias	Empregador			Conta Própria			Empregado Assalariado			Empregado Doméstico			Não Remunerado			Desempregado ou Inativo		
	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)
Atividade da Família na Semana																		
Agrícola	0,0	3,1	12,9	41,2	40,6	58,1	5,9	25,0	3,2	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	6,3	52,9	21,9	19,4
Pluriativo	14,3	0,0	0,0	42,9	50,0	57,7	14,3	33,3	30,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,6	16,7	11,5
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	36,0	33,3	100,0	36,0	0,0	0,0	0,0	16,7	0,0	0,0	4,0	0,0	24,0	50,0	0,0
Não-ocupado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0	100,0
Origem da Renda Familiar																		
50% ou mais de origem agrícola	0,0	0,0	19,0	35,3	28,6	47,6	5,9	33,3	19,0	0,0	4,8	0,0	0,0	0,0	4,8	58,8	28,6	14,3
50% ou mais de origem não-agrícola	0,0	0,0	0,0	36,8	45,5	55,6	26,3	18,2	22,2	0,0	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	36,8	27,3	22,2
50% ou mais de origem aposent + outras	7,1	4,5	2,0	28,6	31,8	78,6	7,1	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5	57,1	50,0	21,4
Outras combinações	0,0	0,0	0,0	20,0	50,0	50,0	40,0	16,7	18,8	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0	12,5	30,0	33,3	18,8
Total	1,7	1,7	6,7	31,7	35,0	56,7	18,3	20,0	15,0	0,0	3,3	0,0	1,7	3,3	3,3	46,7	36,7	18,3

Fonte: SEI/IE - UNICAMP

Quanto aos conta própria, percebe-se um maior aumento da proporção de ocupados em atividades (agrícolas e pluriativas). Ao mesmo tempo, observa-se em Barreiras uma concentração de todos os não-agrícolas na categoria conta própria, e uma maior proporção de exclusivos agrícolas e pluriativos.

Portanto, de maneira geral, pode-se concluir que no confronto entre a distribuição de domicílios, segundo a posição na ocupação no trabalho principal da pessoa de referência e de todos os residentes, verifica-se que em Irecê apenas uma pequena proporção de famílias e pessoas de referência pluriativas detém nas rendas não-agrícolas a maior parcela da sua renda. Em Ilhéus isto somente acontece entre as pessoas de referência e em Barreiras somente quando são agregados todos os residentes.

Então, pode-se dizer que a renda não-agrícola não é elevada em comparação com a renda total, pois a população rural obtém baixo nível educacional e, conseqüentemente, as ocupações não-agrícolas são de maneira geral não-qualificadas, conforme demonstram as Tabelas 8 e 9.

Na Tabela 8, observa-se que os domicílios onde há pelo menos um membro com segundo grau completo e nenhum acima, segundo a atividade da semana, são sobretudo pluriativos e não-agrícolas, com exceção de Barreiras, onde prevalece a atividade agrícola e a pluriatividade. Percebe-se ainda a baixa proporção de famílias com pelo menos um membro com curso superior, e a alta proporção de famílias com pelo menos um membro com primeiro grau e nenhum acima. Nesse grupo, se destaca, em Irecê, a atividade não-agrícola e em Ilhéus a pluriatividade, que tende a se concentrar em ocupações pouco qualificadas e de baixa remuneração.

A Tabela 9 demonstra que as ocupações não-agrícolas são majoritariamente desqualificadas, com exceção de Barreiras, onde metade delas são qualificadas. Contudo, neste município, essas ocupações não geram renda suficiente para sensibilizar a renda total, haja vista a magnitude das rendas agrícolas. O contrário é observado em Ilhéus, ou seja, as rendas agrícolas são baixas em decorrência do baixo nível de emprego agrícola advindo da crise da economia cacaujeira.

Na Tabela 10 nota-se que as ocupações não-agrícolas qualificadas são raras e estão nos diversos estratos de escolaridade. Sendo assim, a distinção se dá mais em decorrência de ser qualificada ou não e pela renda oriunda dessas atividades.

A Tabela 11 demonstra os níveis de remuneração, conforme a característica da ocupação. Percebe-se que a proporção de pessoas de referência que obtêm maior renda familiar *per capita* são aquelas ocupadas em atividades não-agrícolas qualificadas, com exceção de Barreiras, onde apenas 1,7% de todas as ocupações que percebem 20 ou mais salários mínimos é não-agrícola desqualificado.

Portanto, em decorrência de todas as razões expostas, as rendas agrícolas e não-agrícolas derivadas de ocupações desqualificadas podem ser consideradas insuficientes para

Tabela 8
Distribuição dos domicílios amostrados segundo a escolaridade dos residentes – Barreiras, Ilhéus e Irecê

Tipos de Famílias	Somente analfabetos ou semi-analfabetos			Pelo menos 1 membro com 1º grau e nenhum acima			Pelo menos 1 membro com 2º grau e nenhum acima			Pelo menos 1 membro com curso superior			Outras combinações		
	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)
Atividade da Família na Semana															
Agrícola	3,2	5,9	6,3	12,9	11,8	6,3	12,9	0,0	9,4	0,0	0,0	0,0	71,0	82,4	78,1
Pluriativo	3,8	0,0	0,0	15,4	14,3	8,3	19,2	28,6	33,3	3,8	14,3	0,0	57,7	42,9	58,3
Não-agrícola	0,0	12,0	0,0	100,0	8,0	16,7	0,0	0,0	33,3	0,0	12,0	0,0	0,0	48,0	50,0
Não-ocupado	50,0	18,2	70,0	0,0	18,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	54,5	30,0
Origem da Renda Familiar															
50% ou mais de origem agrícola	4,8	5,9	4,8	19,0	11,8	0,0	23,8	5,9	14,3	4,8	0,0	0,0	47,6	76,5	81,0
50% ou mais de origem não-agrícola	11,1	0,0	0,0	22,2	10,5	18,2	22,2	26,3	18,2	0,0	15,8	0,0	44,4	47,4	63,6
50% ou mais de origem aposent + outras	7,1	28,6	36,4	7,1	7,1	4,5	0,0	14,3	13,6	0,0	7,1	0,0	85,7	42,9	45,5
Outras combinações	0,0	10,0	0,0	12,5	20,0	16,7	12,5	0,0	16,7	0,0	0,0	0,0	75,0	70,0	66,7
Total	5,0	10,0	15,0	15,0	11,7	6,7	15,0	13,3	15,0	1,7	6,7	0,0	63,3	58,3	63,3

Fonte: SEI/IE - UNICAMP

Obs: referente a escolaridade das pessoas de 7 anos ou mais de idade.

Tabela 9
Distribuição dos domicílios amostrados segundo a ocupação no trabalho principal de todos os residentes, na última semana de setembro de 2001 – Barreiras, Ilhéus e Irecê

Tipos de Famílias	Agrícola			Não-agrícola qualificado			Não-agrícola desqualificado			Outras ocupações		
	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)	Barreiras (%)	Ihéus (%)	Irecê (%)
Atividade da Família na Semana												
Agrícola	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pluriativo	65,1	52,9	67,6	6,3	11,8	5,9	17,5	11,8	14,7	11,1	23,5	11,8
Não-agrícola	0,0	0,0	0,0	50,0	8,8	0,0	50,0	58,8	90,9	0,0	32,4	9,1
Origem da Renda Familiar												
50% ou mais de origem agrícola	75,8	95,2	97,4	9,1	4,8	0,0	6,1	0,0	0,0	9,1	0,0	2,6
50% ou mais de origem não-agrícola	40,0	3,6	34,8	13,3	10,7	4,3	40,0	57,1	52,2	6,7	28,6	8,7
50% ou mais de origem aposent + outras	87,5	33,3	89,3	0,0	8,3	0,0	12,5	25,0	10,7	0,0	33,3	0,0
Outras combinações	90,5	33,3	66,7	0,0	0,0	11,1	2,4	33,3	0,0	7,1	33,3	22,2
Total	78,9	40,0	77,6	4,4	7,1	2,0	10,5	31,4	15,3	6,1	21,4	5,1

Fonte: SEI/IE - UNICAMP

Tabela 10
Educação e ocupação da pessoa de referência na última semana de setembro. Setembro de 2001 – Barreiras, Ilhéus e Irecê

Ocupação	Escolaridade (%)															
	Analfabeto ou Semi-analfabeto				Com 1º grau incompleto				Com 1º ou 2º grau completo				Acima do 2º grau completo			
	Barreiras	Ihéus	Irecê	Total	Barreiras	Ihéus	Irecê	Total	Barreiras	Ihéus	Irecê	Total	Barreiras	Ihéus	Irecê	Total
Agrícola	23,3	11,7	25,0	30,0	6,7	30,0	0,0	11,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	55,0
Não-agrícola qualificado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	1,7	0,0	1,7	0,0	1,7
Não-agrícola desqualificado	1,7	10,0	0,0	8,3	8,3	3,3	3,3	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0	5,0
Outras	0,0	5,0	0,0	3,3	5,0	0,0	0,0	1,7	3,3	1,7	0,0	1,7	0,0	5,0	0,0	1,7
Sem ocupação	8,3	20,0	15,0	10,0	25,0	18,3	18,3	0,0	1,7	3,3	0,0	0,0	0,0	18,3	0,0	36,6
Total	33,3	46,7	40,0	53,3	45,0	51,7	51,7	13,3	5,0	8,3	0,0	3,3	0,0	100,0	0,0	100,0

Fonte: SEI/IE - UNICAMP

Tabela 11
Ocupação da pessoa de referência na semana segundo faixas de rendimento familiar per capita
Setembro de 2001 – Barreiras, Ilhéus e Irecê

Rendimento Anual Familiar per capita	Ocupações na Semana da Pessoa de Referência (%)															
	Agrícola				Não-Agríc. Qualificado				Não-Agríc. Desqualif.				Outras Ocupações			
	Barreiras	Ihéus	Irecê	Total	Barreiras	Ihéus	Irecê	Total	Barreiras	Ihéus	Irecê	Total	Barreiras	Ihéus	Irecê	Total
Até 1 salário mínimo	5,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18,3
1 a menos de 2 salários mínimos	3,3	1,7	13,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	15,0
2 a menos de 5 salários mínimos	20,0	5,0	18,3	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	5,0	0,0	1,7	3,3	16,7	13,3	3,3	33,3
5 a menos de 10 salários mínimos	16,7	10,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	5,0	3,3	0,0	3,3	10,0	1,7	3,3	25,0
10 a menos de 20 salários mínimos	8,3	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	3,3	1,7	0,0	6,7	8,3	13,3	16,7
20 ou mais salários mínimos	11,7	1,7	1,7	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	1,7	1,7	5,0	6,7
Sem rendimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	65,0	18,3	55,0	18,3	10,0	18,3	5,0	5,0	15,0	1,7	1,7	18,3	46,7	36,7	100,0	100,0

Fonte: SEI/IE - UNICAMP

Obs: salário mínimo de setembro de 2001 (R\$ 180,00).

a manutenção das famílias rurais, principalmente nos municípios de Ilhéus e Irecê. De forma que as rendas dos inativos (aposentadorias, pensões e transferências do governo) passam a ser importantes, conforme se verifica na Tabela 12.

Na Tabela 12, percebe-se que as famílias de Ilhéus obtêm maior renda domiciliar do trabalho (dentre os pluriativos), enquanto que as famílias não-agrícolas de Barreiras têm renda mais elevada que as demais residentes em Ilhéus e Irecê. Entretanto, quando observada a origem da renda familiar, as famílias residentes em Barreiras auferem maiores rendas nas categorias com 50% ou mais da renda com origem agrícola e não-agrícola, na renda líquida *per capita* e do trabalho.

Paralelamente, os baixos níveis de rendimento influenciam nas condições gerais de vida das famílias, no sentido de que, com rendas muito baixas, até mesmo algumas necessidades básicas ficam comprometidas. Essas necessidades são, dentre outras, moradia adequada, esgotamento sanitário, acesso a energia elétrica, água encanada e tratada. Isso pode ser expresso pelo índice de nível de vida, construído através dessas e outras variáveis, conforme é exposto na Tabela 13.

As análises formuladas sobre as ocupações não-agrícolas na Bahia (pelas PNADs) e nos três estudos de caso apontam para uma mesma direção, de que quando elas existem, as rendas se constituem, por certo, em um incremento à renda familiar total, sendo entretanto, geralmente insuficientes à manutenção razoável dos domicílios rurais. Comparando-se os dados das PNADs com os estudos de caso (conforme a Tabela 5), a pluriatividade é significativamente maior em Barreiras (46,1% das pessoas amostradas) do que na Bahia (cerca de 30% das pessoas ativas nas PNADs); nos outros municípios é relativamente menor (15,3% em Ilhéus e 22,4% em Irecê), o que representa um avanço da divisão do trabalho entre agrícola e não-agrícola nas regiões onde a economia rural e pelo menos alguns dos demais setores da economia são desenvolvidos.

Em contrapartida, as famílias residentes no município de Irecê, por conviverem num ambiente econômico constantemente em crise, têm poucas oportunidades de dividir seu tempo entre atividades agrícolas e não-agrícolas. Paralelamente, em Ilhéus, com a limitação das ocupações agrícolas e a estrutura agrária concentrada, existe um número maior de ocupações não-agrícolas (41,9% da amostra), contudo com baixa remuneração. Se comparado esse dado de ocupação com os dados das PNADs para a Bahia (cerca de 9% das pessoas ativas), percebe-se a dimensão da disparidade provocada pela crise, que empurra a população para o trabalho não-agrícola. Além disso, neste município há também o maior nível de desemprego (16,5%) em comparação com os demais. Nos outros dois municípios (Irecê e Barreiras), somente Irecê encontra-se no patamar de ocupações não-agrícolas encontrado nas PNADs, com 9,1% das pessoas amostradas. Barreiras, por sua vez, está bastante abaixo deste nível, pois apenas 1,9% das pessoas amostradas estavam ocupadas em atividades exclusivamente não-agrícolas.

Se analisadas as rendas das famílias pluriativas nas PNADs da Bahia, observa-se que em todas as categorias – empregadores, conta própria e empregados – elas são superiores

Tabela 12
Rendimentos medianos dos domicílios da amostra no ano, de outubro/2000 a setembro/2001 – Barreiras, Ilhéus e Irecê

Tipos de Famílias	Renda Líquida Domiciliar per capita (Mediana R\$)			Renda Domiciliar do Trabalho (Mediana R\$)			Renda Domiciliar dos Inativos (Mediana R\$)		
	Barreiras	Ihéus	Irecê	Barreiras	Ihéus	Irecê	Barreiras	Ihéus	Irecê
Atividade da Família na Semana									
Agrícola	821,33	540,00	350,68	1.200,00	1.200,00	852,00	0,00	0,00	0,00
Pluriativo	865,25	1.080,00	539,40	2.862,00	3.300,00	1.660,00	0,00	0,00	0,00
Não-agrícola	1.272,00	1.340,00	801,00	7.240,00	2.160,00	2.348,00	0,00	0,00	0,00
Não-ocupado	3.445,00	675,00	1.907,83	6.680,00	0,00	0,00	1.080,00	2.160,00	1.087,50
Origem da Renda Familiar									
50% ou mais de origem agrícola	567,50	540,00	252,80	3.320,00	1.440,00	960,00	0,00	0,00	0,00
50% ou mais de origem não-agrícola	1.300,00	960,00	412,29	5.210,00	2.880,00	2.102,00	0,00	0,00	0,00
50% ou mais de origem aposent + outras	1.437,27	1.920,00	1.696,50	788,00	420,00	245,00	2.160,00	2.160,00	1.177,50
Outras combinações	641,07	700,69	552,13	1.069,00	1.290,00	940,00	0,00	0,00	0,00
Total	878,00	767,19	592,00	2.120,00	1.720,00	822,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SEI/IE - UNICAMP

Tabela 13
Distribuição percentual dos domicílios amostrados segundo o Índice de Nível de Vida/Setembro de 2001 – Barreiras, Ilhéus e Irecê

Tipos de Famílias	até 0,5		0,6		0,7		0,8		0,9		1,0	
	Barreiras	Ihéus	Irecê	Barreiras	Ihéus	Irecê	Barreiras	Ihéus	Irecê	Barreiras	Ihéus	Irecê
Atividade da Família na Semana												
Agrícola	12,9	58,8	15,6	35,5	17,6	25,0	6,5	5,9	28,1	22,6	17,6	6,3
Pluriativo	19,2	28,6	0,0	19,2	0,0	8,3	30,8	42,9	41,7	15,4	28,6	33,3
Não-agrícola	0,0	32,0	0,0	0,0	8,0	16,7	0,0	20,0	33,3	100,0	20,0	33,3
Não-ocupado	0,0	36,4	10,0	0,0	9,1	20,0	50,0	36,4	60,0	50,0	0,0	0,0
Origem da Renda Familiar												
50% ou mais de origem agrícola	9,5	52,9	14,3	19,0	17,6	23,8	14,3	5,9	28,6	14,3	23,5	14,3
50% ou mais de origem não-agrícola	33,3	21,1	0,0	11,1	10,5	9,1	33,3	26,3	45,5	22,2	21,1	18,2
50% ou mais de origem aposent + outras	14,3	35,7	9,1	35,7	7,1	22,7	21,4	35,7	40,9	21,4	0,0	9,1
Outras combinações	12,5	60,0	16,7	37,5	0,0	16,7	12,5	20,0	33,3	31,3	20,0	16,7
Total	15,0	40,0	10,0	26,7	10,0	20,0	18,3	21,7	36,7	21,7	16,7	13,3

Fonte: SEI/IE - UNICAMP

às rendas das famílias agrícolas. Contudo, nos estudos de caso, apenas uma pequena parcela dos pluriativos tem maior proporção de renda não-agrícola na composição da renda familiar, quais sejam: em Ilhéus 0,1% dos empregadores; em Irecê 8,1% dos conta própria e; em Barreiras 5,0% dos conta própria e 1,4% dos empregados. Então, tanto entre os pluriativos, quanto entre os não-agrícolas, as rendas não-agrícolas têm influência limitada, certificando a importância das aposentadorias e outras rendas. Por isso que em Ilhéus e Barreiras cerca de 23% dos domicílios de cada município têm essas fontes de renda como principais. Em Irecê, essas rendas são ainda mais importantes, em cerca de 37% dos domicílios. Portanto, as rendas não-agrícolas e agrícolas são pouco representativas. Isto é reafirmado quando se observa que em Irecê e Barreiras somente cerca de 35% dos domicílios têm mais de 50% da sua renda determinada pelas remunerações da agricultura; em Ilhéus essa proporção é menor (28,3%).

Nas rendas não-agrícolas, somente em Ilhéus a proporção de domicílios com 50% ou mais da renda não-agrícola ultrapassa os exclusivamente agrícolas (31,7% contra 28,3%), nos demais municípios esta proporção fica em 15% em Barreiras e 18,3% em Irecê. Portanto, conclui-se que as ocupações não-agrícolas geradas nestes municípios são de baixa qualificação, gerando assim rendas pouco expressivas tanto para famílias exclusivamente não-agrícolas quanto para famílias pluriativas. Então, as regiões estudadas encontram-se no sentido contrário das regiões mais desenvolvidas, por exemplo, na serra gaúcha e no vale do Itajaí em Santa Catarina, que têm uma maior qualificação das ocupações e rendas significativamente superiores, sobretudo em ocupações industriais. Na seção seguinte faz-se o balanço a oferta e demanda das ocupações rurais nos três municípios baianos. Com a análise é possível ter uma visão da composição da PEA rural (agrícola e não-agrícola) tendo como base as principais culturas, áreas plantadas e os níveis tecnológicos das lavouras. A importância dessa análise está na apresentação dos movimentos das ocupações na década de 90, permitindo a visualização da relevância das categorias na composição das PEAs rurais.

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DAS OCUPAÇÕES NO MEIO RURAL DE IRECÊ, ILHÉUS E BARREIRAS

A manipulação algébrica dos coeficientes de demanda por mão-de-obra e a área cultivada, em cada uma das culturas mais importantes dos municípios de Irecê, Ilhéus e Barreiras, possibilita estimar a quantidade de mão-de-obra ocupada. Essa estimativa pode ser distribuída de acordo com níveis tecnológicos das lavouras ao longo dos meses do ano. Para tanto, é necessário saber, de acordo com critérios técnicos pré-estabelecidos, a proporção da área cultivada de cada cultura que é agrupada nos níveis tecnológicos e a proporção da mão-de-obra requerida em cada trato cultural e meses do ano. Ao final do processo é possível distribuir os contingentes de ocupados agrícolas entre os anos 1990 e 2000. Faz-se em seguida a comparação com as ocupações não-agrícolas,

de acordo com as informações recolhidas durante as pesquisas de campo e os dados da PEA rural.

A seleção dos produtos mais importantes se deu tanto pela disponibilidade dos dados referentes aos coeficientes de demanda por mão-de-obra quanto pela sua importância no Valor Bruto da Produção (VBP) da Bahia e dos municípios estudados.¹⁰ Consideraram-se também as áreas colhidas para cada produto, de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE. Desta forma, a Tabela 14 mostra os produtos mais importantes para o município de Irecê e sua relação com o VBP da Bahia. Nesta tabela é possível identificar que, apesar do município de Irecê estar localizado no semi-árido nordestino, despontam entre os produtos mais importantes da agricultura municipal culturas irrigadas como cenoura, beterraba e cebola.

Tabela 14
Valor Bruto da produção de Irecê e Bahia, participação do VBP de Irecê no total do VBP da Bahia para cada um dos produtos no ano safra de 1995/96 (em reais)

Produto	VBP Irecê	VBP Bahia	% de Irecê no Total da Bahia	Produto	VBP Irecê	VBP Bahia	% de Irecê no Total da Bahia
Cenoura	937.496	8.700.046	10,78	Fruta-do-conde	1.526	1.209.818	0,13
Feijão 1ª	606.418	77.600.828	0,78	Limão	1.379	3.471.472	0,04
Beterraba	40.350	1.839.209	2,19	Couve	1.200	2.038.369	0,06
Algodão herbáceo	38.240	18.975.794	0,20	Outros produtos	560	1.713.344	0,03
Cebola	31.848	12.309.731	0,26	Melancia	430	12.866.212	0,00
Milho em grão	25.053	86.109.594	0,03	Acerola	405	1.479.606	0,03
Palma forrageira	25.033	10.838.891	0,23	Goiaba	348	1.417.216	0,02
Mamona	21.709	2.749.671	0,79	Bergamota (tangerina)	305	1.772.276	0,02
Alface	15.714	4.629.048	0,34	Maxixe	225	861.319	0,03
Coentro	12.100	3.076.401	0,39	Abobora	150	5.325.823	0,00
Tomate	12.087	17.194.524	0,07	Couve-flor	100	166.550	0,06
Banana	10.137	41.438.112	0,02	Batata inglesa 1a.	65	7.078.568	0,00
Chuchu	7.620	5.580.328	0,14	Brócolis	60	213.160	0,03
Cogumelos comestíveis	7.600	14.133	53,77	Lima	60	1.275.197	0,00
Manga	5.159	27.382.886	0,02	Maracujá	60	21.980.327	0,00
Quiabo	5.000	3.656.950	0,14	Repolho	50	3.164.851	0,00
Feijão 2ª	4.549	58.169.177	0,01	Graviola	50	245.546	0,02
Coco-da-baia	4.090	22.511.593	0,02	Soja	34	132.656.888	0,00
Alho	4.000	2.644.472	0,15	Cebolinha (folha)	30	1.301.450	0,00
Mamão	3.705	26.430.851	0,01	Hortelã	30	817.479	0,00
Agave (folha)	3.300	11.968.020	0,03	Salsa	30	588.162	0,01
Mandioca	2.559	96.118.389	0,00	Capim elefante	30	2.451.191	0,00
Laranja	2.144	38.101.615	0,01	Nabo	20	19.160	0,10
Cana-de-açúcar	2.140	92.991.837	0,00	Pimentão	18	7.459.143	0,00
Milho em espiga	1.960	2.734.839	0,07	TOTAL	1.837.176	1.301.664.242	0,14

Fonte: Censo agropecuário 1995/96 - IBGE

¹⁰ Não foi incluída a pecuária pela falta dos coeficientes técnicos de demanda por mão-de-obra. Contudo, acredita-se que não provocaria grandes alterações nos resultados das estimativas finais, em virtude dos rebanhos não serem significativos no total da demanda por mão-de-obra nos municípios estudados, pois a pecuária não obtém grande importância nesses municípios porque, geralmente, demanda poucas quantidades de mão-de-obra. Entretanto, reconhece-se que tornaria a pesquisa mais representativa e próxima da realidade.

Contudo, a estimativa da procura por mão-de-obra para a cultura da beterraba ficou prejudicada por não haver um levantamento dos coeficientes técnicos de demanda. Entretanto, nas pesquisas de campo têm-se verificado que a produção de beterraba vem diminuindo significativamente nos últimos anos, sobretudo em razão dos baixos preços no mercado do produto e dos altos custos no cultivo. Ademais, como não poderia ser diferente em Irecê, uma região onde prevalece o cultivo de grãos, também são encontrados o feijão, o milho, a mamona e o algodão, entre os mais importantes, apesar da frustração da safra neste ano censitário (1995/96). Assim, alguns produtos cultivados com o uso de tecnologias de irrigação revelam-se mais importantes que muitos grãos, os quais representam o maior esforço produtivo da região e do município.

Da mesma forma, na Tabela 15 são apresentados os produtos de Ilhéus, segundo sua importância relativamente ao VBP agrícola do município e da Bahia. Dentre os produtos mais importantes estão o cacau, coco, banana e a mandioca, que tradicionalmente compõem o rol de produtos mais significativos da região e, conseqüentemente, do município. Apesar da crise pela qual a economia cacauzeira vem passando, o cacau ainda representa cerca de 79% de todo VBP do município, demonstrando a extrema dependência da economia local para com esse produto, apesar do coco obter maior importância em comparação com o total da Bahia (15,17%).

Na Tabela 16 são apresentados os produtos de Barreiras, também considerando a importância dos produtos para o município e a participação destes no VBP da Bahia. A tabela evidencia a parcela bastante significativa do município no valor da produção estadual de grãos. Soja, arroz e milho, com 39,73%, 22,71% e 17,46% do VBP estadual, respectivamente, reforçam o caráter de nova fronteira agrícola nos cerrados do Estado. As condições de produção favoráveis (solos, clima, etc.) e os preços de comercialização atraentes devem manter e aprofundar a vocação de produtora de grãos da região. A produção de frutas, especialmente goiaba, limão e mamão, também se destaca, indicando as alternativas culturais da região.

A comparação dos coeficientes de demanda por mão-de-obra e por níveis tecnológicos revela as culturas que ocupam maiores quantidades relativas de mão-de-obra e, conseqüentemente, que mais contribuem para o emprego rural. Para tanto, na Tabela 17, estão expressos os produtos para os quais foram calculadas as demandas por mão-de-obra, as proporções da área total cultivada que utilizam os níveis tecnológicos alto, médio e baixo,¹¹ e os coeficientes de demanda por nível tecnológico.

A divisão dos níveis tecnológicos em três categorias é uma tentativa de diferenciar os produtores e áreas cuja produção é mais ou menos tecnificada e que demandam mais ou menos mão-de-obra. Apesar de ser subjetivo, este critério foi definido por técnicos da

¹¹ O nível tecnológico alto é aquele em que os produtores utilizam intensamente insumos e técnicas agrícolas avançadas. O nível tecnológico médio é aquele no qual os produtores utilizam insumos e técnicas agrícolas avançadas de forma intermediária. O nível tecnológico baixo é aquele cujos produtores usam pouco ou nenhum insumo e técnicas avançadas de produção.

Tabela 15
Valor Bruto da produção de Ilhéus e Bahia, participação do VBP de Ilhéus no total do VBP da Bahia para cada um dos produtos no ano safra de 1995/96 (em reais)

Produto	VBP Ilhéus	VBP Bahia	% de Ilhéus no Total da Bahia	Produto	VBP Ilhéus	VBP Bahia	% de Ilhéus no Total da Bahia
Cacau	22.795.272	217.033.401	10,50	Salsa	1.790	588.162	0,30
Coco-da-baia	3.414.630	22.511.593	15,17	Pepino	1.695	1.534.706	0,11
Banana	1.086.480	41.438.112	2,62	Maracujá	1.590	21.980.327	0,01
Mandioca	912.873	96.118.389	0,95	Hortelã	1.519	817.479	0,19
Cana-de-açúcar	87.928	92.991.837	0,09	Mudas outras espéc.	1.500	443.802	0,34
Borracha coagulada	75.779	9.835.958	0,77	Jenipapo	1.215	40.284	3,02
Cajú (fruto)	62.922	2.771.202	2,27	Berinjela	1.200	77.189	1,55
Laranja	42.245	38.101.615	0,11	Feijão verde	1.151	689.908	0,17
Abacaxi	41.275	2.565.918	1,61	Cenoura	1.093	8.700.046	0,01
Abobora	38.824	5.325.823	0,73	Jiló	1.010	621.583	0,16
Borracha líquida (latex)	36.196	2.266.296	1,60	Cebolinha (folha)	992	1.301.450	0,08
Jaca	35.304	3.494.943	1,01	Feijão 2ª	960	58.169.177	0,00
Quiabo	31.468	3.656.950	0,86	Brócolis	956	213.160	0,45
Feijão 1ª	29.930	77.600.828	0,04	Repolho	935	3.164.851	0,03
Milho em grão	26.864	86.109.594	0,03	Jabuticaba	922	40.845	2,26
Dendê	25.092	4.218.994	0,59	Vagem (feijão vagem)	917	157.469	0,58
Acerola	23.022	1.479.606	1,56	Fruta-do-conde	848	1.209.818	0,07
Alface	20.351	4.629.048	0,44	Acelga	840	12.746	6,59
Milho em espiga	18.086	2.734.839	0,66	Capim elefante	750	2.451.191	0,03
Café em coco	14.762	95.328.176	0,02	Outros produtos	682	1.713.344	0,04
Mamão	13.997	26.430.851	0,05	Seriguela	600	60.855	0,99
Batata doce	12.339	706.681	1,75	Beterraba	502	1.839.209	0,03
Cajú (castanha)	12.286	2.358.658	0,52	Urucum	480	312.825	0,15
Couve	11.811	2.038.369	0,58	Tomate	420	17.194.524	0,00
Manga	10.203	27.382.886	0,04	Agrião	400	125.068	0,32
Melancia	6.410	12.866.212	0,05	Girassol	325	13.497	2,41
Bergamota (tangerina)	6.090	1.772.276	0,34	Inhame	300	2.211.475	0,01
Jambo	5.586	43.066	12,97	Cravo-da-índia	250	480.791	0,05
Caja manga	5.519	97.699	5,65	Lima	250	1.275.197	0,02
Graviola	4.780	245.546	1,95	Tamarindo	200	38.757	0,52
Pimentão	4.472	7.459.143	0,06	Amendoim 1a.	150	1.175.428	0,01
Chuchu	3.803	5.580.328	0,07	Pimenta	131	276.289	0,05
Coentro	3.614	3.076.401	0,12	Abobrinha Verde	72	101.929	0,07
Maxixe	3.520	861.319	0,41	Batata inglesa 1a.	64	7.078.568	0,00
Goiaba	3.235	1.417.216	0,23	Jamelão	54	2.705	2,00
Couve-flor	2.904	166.550	1,74	Macadâmia	50	50.893	0,10
Abacate	2.898	575.276	0,50	Carambola	29	13.681	0,21
Cheiro Verde	2.554	183.944	1,39	Ameixa	28	1.166	2,40
Sapoti	2.354	25.530	9,22	Pimenta-do-reino	10	281.746	0,00
Limão	2.249	3.471.472	0,06	TOTAL	28.966.807	1.301.664.242	2,23

Fonte: Censo agropecuário 1995/96 - IBGE

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo ESALQ/USP e UNICAMP e adotado na Bahia por agrônomos da EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, os quais passaram a utilizar uma linha de conduta homogênea na classificação das áreas segundo os níveis tecnológicos. Assim, por exemplo em Ilhéus, o cultivo de pimenta-do-reino é 100% realizado sob nível tecnológico baixo; em Irecê, a totalidade do cultivo de alho se dá em nível tecnológico médio; e em

Tabela 16
Valor Bruto da Produção de Barreiras e Bahia, participação do VBP
de Barreiras no total do VBP da Bahia para cada um dos produtos no ano safra
1995/1996 (em reais)

Produto	VBP Barreiras	VBP Bahia	% de Barreiras no Total da Bahia	Produto	VBP Barreiras	VBP Bahia	% de Barreiras no Total da Bahia
Soja	52.698.419	132.656.888	39,73	Acerola	68.871	1.479.606	4,65
Milho em grão	15.036.107	86.109.594	17,46	Sorgo	49.300	666.060	7,40
Feijão 1ª	6.727.238	77.600.828	8,67	Bergamota (tangerina)	18.636	1.772.277	1,05
Arroz em casca	2.941.807	12.954.839	22,71	Outras forrageiras-capins e leguminosas	18.250	508.516	3,59
Mamão	1.573.015	26.430.851	5,95	Cana forrageira	13.670	389.459	3,51
Feijão 2ª	1.229.180	58.169.177	2,11	Feijão verde	10.995	689.909	1,59
Algodão	840.840	18.975.794	4,43	Cebola	10.711	12.309.731	0,09
Mandioca	644.792	96.118.389	0,67	Abacate	8.730	575.277	1,52
Abóbora	606.134	5.325.824	11,38	Sorgo forrageiro	5.650	153.402	3,68
Melancia	604.880	12.866.212	4,70	Capim (elefante)	5.500	2.451.192	0,22
Laranja	388.524	38.101.616	1,02	Batata-doce	4.792	706.682	0,68
Banana	372.394	41.438.113	0,90	Cajú (fruto)	4.694	2.771.202	0,17
Goiaba	360.589	1.417.216	25,44	Milho em espiga (verde)	4.250	2.734.839	0,16
Limão	357.743	3.471.473	10,31	Abacaxi	3.530	2.565.918	0,14
Manga	307.887	27.382.886	1,12	Inhame	3.000	2.211.475	0,14
Côco-da-Bahia	185.989	22.511.593	0,83	Cajú (castanha)	2.166	2.358.659	0,09
Milho forrageiro	124.600	347.298	35,88	Maracujá	90	21.980.327	0,00
Tomate	93.467	17.194.524	0,54	Café	50	95.328.177	0,00
Cana-de-açúcar	85.550	92.991.837	0,09	TOTAL	85.412.040	923.717.660	9,25

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Barreiras cultiva-se todo o algodão em nível tecnológico alto. Para as lavouras onde a distribuição encontra-se segmentada pelos três níveis tecnológicos, a leitura é análoga aos exemplos apresentados.

Pode-se observar que para alguns produtos os coeficientes de demanda por mão-de-obra são nulos. Isto se deve à inexistência de produção com esses níveis tecnológicos. Nesses municípios, portanto, não foram apurados coeficientes. O mesmo raciocínio vale para a distribuição da área colhida cuja proporção é zero (0), uma vez que não há cultivo de determinados produtos com certos níveis tecnológicos. Dentre todas as culturas, nos três municípios, verifica-se que somente a cenoura, em Irecê e o algodão e o café em Barreiras, têm toda sua área cultivada classificada como alto nível tecnológico. Por outro lado, muitos produtos em Ilhéus e Irecê têm toda sua área qualificada como de nível tecnológico baixo. Para Ilhéus, além da pimenta-do-reino existem a seringa, o feijão e o milho. Para Irecê existem a cana-de-açúcar, mandioca, melancia, sisal e laranja. Em Barreiras, somente a mamona e a mandioca possuem parcelas da produção sob nível tecnológico baixo, com 40% e 50% respectivamente.

Na demanda por mão-de-obra existe uma variação muito grande quanto aos coeficientes. À vista disso, para certos produtos, quanto maior o nível tecnológico, maior é a demanda por mão-de-obra, uma vez que nestas culturas, o nível tecnológico superior implica na utilização de novas técnicas de manejo que requerem maiores

Tabela 17
Participação de cada nível tecnológico no total da área colhida e demanda por mão-de-obra, para cada tipo de cultivo e município pesquisados – 2002

Município/ produto	Distribuição da área colhida por níveis tecnológicos				Demanda por mão-de-obra nos níveis tecnológicos (em homens-dia)		
	Alto (%)	Médio (%)	Baixo (%)	Total (%)	Alto	Médio	Baixo
Ilhéus							
Pimenta-do-reino	0	0	100	100	0,00	0,00	323,00
Abacaxi	0	60	40	100	0,00	224,63	255,00
Mandioca	0	15	85	100	0,00	89,94	125,75
Mamão	20	70	10	100	22,92	113,25	113,25
Cacau	15	35	50	100	86,00	87,00	59,00
Café	5	45	50	100	183,13	63,64	46,50
Seringa	0	0	100	100	0,00	0,00	25,00
Banana	15	55	30	100	46,00	36,00	21,00
Côco	10	50	40	100	19,00	19,00	16,00
Feijão	0	0	100	100	0,00	0,00	13,09
Milho	0	0	100	100	0,00	0,00	10,40
Cana-de-açúcar	0	100	0	100	0,00	240,00	0,00
Guaraná	0	100	0	100	0,00	21,50	0,00
Laranja	0	100	0	100	0,00	96,38	0,00
Limão	0	100	0	100	0,00	41,76	0,00
Maracujá	0	100	0	100	0,00	29,00	0,00
Melancia	0	100	0	100	0,00	103,84	0,00
Tangerina	0	100	0	100	0,00	41,76	0,00
Irecê							
Cana-de-açúcar	0	0	100	100	0,00	0,00	240,00
Mandioca	0	0	100	100	0,00	0,00	125,75
Melancia	0	0	100	100	0,00	0,00	93,94
Sisal	0	0	100	100	0,00	0,00	78,00
Algodão	0	40	60	100	0,00	47,39	69,05
Maracujá	0	60	40	100	0,00	29,00	52,00
Manga	50	30	20	100	46,50	44,31	44,31
Laranja	0	0	100	100	0,00	0,00	44,00
Mamona	0	15	85	100	0,00	14,44	28,50
Banana	0	80	20	100	0,00	36,00	21,00
Côco	0	80	20	100	0,00	19,00	16,00
Feijão	0	55	45	100	0,00	28,38	13,09
Milho	0	40	60	100	0,00	32,75	10,40
Alho	0	100	0	100	0,00	322,56	0,00
Cebola	20	80	0	100	120,50	120,50	0,00
Cenoura	100	0	0	100	344,00	0,00	0,00
Limão	0	100	0	100	0,00	41,76	0,00
Pinha	0	100	0	100	0,00	50,00	0,00
Sorgo	0	100	0	100	0,00	51,00	0,00
Tomate	20	80	0	100	466,75	466,75	0,00

Fonte: EBDA/SEI

contingentes de ocupados, como são os casos do cacau, café e banana em Ilhéus; tomate, cebola, cenoura e manga em Irecê; abacaxi e café em Barreiras. Nas lavouras de milho e feijão em Irecê há uma maior demanda por mão-de-obra no nível tecnológico médio – aproximadamente 33 e 28 homens-dia, respectivamente – que no nível baixo.

Isto está relacionado ao fato de que no nível tecnológico baixo há simplesmente o preparo da terra e plantio mecanizados e, praticamente, inexistem outros tratamentos culturais. Neste caso, as lavouras são apenas observadas pelos produtores na espera pela colheita. No nível tecnológico médio são feitos alguns tratamentos culturais intermediários entre o plantio e a colheita. Paralelamente, observa-se, genericamente, que dentre as culturas cujas demandas por mão-de-obra são mais intensas estão as frutas, a mandioca, a cana-de-açúcar, a pimenta-do-reino, a seringa, o sisal e poucos outros. Isto se deve, basicamente, ao fato de que a mecanização poupadora de mão-de-obra não atingiu ainda intensamente a fruticultura de maneira geral e mais especificamente esses municípios.

A última variável necessária ao cálculo das ocupações agrícolas é a área colhida de cada um dos produtos. Entretanto, para minimizar a variância derivada, principalmente, das secas comuns na região de Irecê e verificar o crescimento da área de alguns produtos novos cultivados nos dois municípios, optou-se por realizar o cálculo baseado na década de 90, mais especificamente entre os anos de 1990 e 2000. Para tal, utilizou-se as áreas colhidas apuradas na PAM-IBGE, conforme Tabela 18.

No município de Ilhéus é possível verificar a prevalência da cultura do cacau, bem como a sua decadência, no início dos anos 1990 e estagnação nos anos seguintes. Outras culturas, como a mandioca e a cana-de-açúcar, também entram em declínio. Entretanto, em contrapartida crescem, especialmente, as áreas de seringa e mamão. Deste último não havia registros de cultivo até 1997, quando são colhidas as primeiras áreas. Para o município de Irecê, observa-se que os produtos mais importantes em termos de área ao final do período são feijão, mamona, milho, cenoura e pinha. Portanto, fica evidente o crescimento da fruticultura e da horticultura, também com as lavouras de coco, banana, cebola e tomate. Para Barreiras destacam-se as lavouras de grãos, particularmente de soja, milho e arroz, com as maiores áreas colhidas no município. Algodão, feijão, mandioca, café e mamona completam os principais produtos agrícolas em Barreiras. Os dados confirmam que os cerrados baianos transformaram-se na nova fronteira agrícola do Estado.

De posse de todas as variáveis efetuou-se o cálculo das ocupações agrícolas no meio rural dos municípios estudados. A utilização da álgebra matricial viabiliza o processo, e ao final deste, os resultados são expressos em equivalentes-homem-ano, ou seja, cada unidade obtida nos totais se refere a um homem, trabalhando oito horas por dia, durante 255 dias por ano, pois é necessária a exclusão dos domingos e feriados. Na Tabela 19 são apresentados os resultados referentes ao município de Irecê, inclusive com uma estimativa das ocupações não-agrícolas no meio rural. Encontra-se ainda a extração do total dos ocupados relativamente a PEA rural total, e, por exclusão, a parcela de desocupados.

Tabela 18
Área colhida dos principais cultivos nos municípios de Ilhéus e Irecê, 1990/2000 (em hectares)

Município/ produto	Anos										
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ilhéus											
Cacau	71.000	72.222	51.163	51.683	51.583	59.968	42.320	60.000	58.798	58.798	58.798
Seringa	550	550	700	700	500	550	600	1.000	1.000	1.528	1.523
Mandioca	1.900	2.000	2.000	2.500	3.000	3.200	3.500	4.000	450	500	450
Côco	200	363	400	443	443	450	460	80	160	200	230
Banana	575	452	376	380	440	450	550	600	230	220	210
Café	300	300	300	220	220	200	225	200	100	180	200
Mamão	0	0	0	0	0	0	0	65	60	45	55
Limão	20	20	20	20	30	30	30	30	10	20	30
Abacaxi	20	20	20	30	85	100	110	100	30	25	25
Maracujá	0	0	0	0	55	60	70	70	35	35	25
Milho	33	40	40	50	50	60	50	50	20	20	20
Tangerina	15	20	20	30	30	25	25	25	10	12	15
Cana-de-açúcar	260	260	260	400	400	450	480	530	10	10	10
Guaraná	0	0	0	10	10	10	15	15	2	2	2
Feijão	160	180	180	280	10	5	7	10	10	4	0
Laranja	114	125	130	50	50	55	55	65	40	0	0
Melancia	20	30	40	50	60	70	80	80	80	0	0
Pimenta-do-reino	0	7	10	2	2	5	8	10	0	0	0
Irecê											
Feijão	8.404	8.339	15.561	11.020	4.361	1.010	3.005	3.900	163	2.810	4.180
Mamona	1.449	1.500	750	1.000	500	200	1.000	500	100	475	1.000
Milho	2.040	1.300	4.000	3.000	4.000	500	700	3.500	100	40	1.000
Cenoura	86	102	118	134	150	166	181	180	180	180	180
Pinha	1	1	2	2	2	3	17	31	46	60	75
Côco	0	0	0	0	0	0	0	0	10	6	25
Algodão	70	0	0	0	0	90	10	800	150	0	15
Banana	3	3	2	2	2	2	2	3	4	7	11
Mandioca	0	90	100	0	0	0	0	0	0	2	10
Cebola	0	0	2	3	1	1	0	0	20	10	10
Cana-de-açúcar	30	30	5	4	0	0	0	0	0	5	6
Tomate	0	0	0	0	0	0	0	1	15	11	1
Alho	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0
Laranja	3	3	3	3	4	4	4	4	4	4	0
Manga	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Maracujá	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Sisal	214	150	2	2	0	0	0	0	0	0	0
Melancia	40	40	10	10	8	8	5	5	2	3	0
Sorgo	41	150	0	0	0	0	50	10	0	0	0
Limão	2	2	2	0	0	0	0	0	0	1	0
Barreiras											
Soja	79.261	50.340	102.454	129.503	133.651	167.526	160.891	164.585	197.221	212.802	236.585
Milho	7.138	11.654	20.192	18.550	17.546	20.695	23.800	42.600	25.168	28.496	45.296
Arroz	5.438	13.964	15.700	7.500	5.943	15.657	14.329	13.684	16.620	25.300	19.800
Algodão	510	3.322	1.804	725	290	1.339	1.100	1.300	1.050	3.140	8.150
Feijão	3.238	7.001	6.135	11.280	9.053	6.320	7.397	11.404	10.930	10.301	7.655
Mandioca	3.168	2.639	2.697	2.441	2.550	2.680	2.792	2.850	2.920	2.050	4.500
Café	0	0	0	0	0	0	100	340	1.293	1.668	3.296
Mamona	350	0	0	0	0	500	2.320	3.150	1.340	785	1.120
Mamão	15	18	328	512	520	536	540	601	601	601	996
Cana-de-açúcar	1.934	498	359	380	376	340	322	350	346	380	345
Banana	178	177	173	169	177	186	189	312	316	295	265
Manga	86	87	87	87	165	165	165	165	165	165	165
Abacaxi	0	0	137	250	232	249	163	150	145	160	150
Laranja	61	67	67	67	67	67	67	76	131	131	110
Coco	23	23	23	23	23	25	26	58	58	58	60
Melancia	402	720	860	912	950	975	950	860	55	50	50
Maracujá	0	0	3	108	108	140	246	3	3	35	34
Tomate	11	35	20	0	8	20	11	4	3	4	4
Cebola	15	3	2	7	3	64	5	0	0	3	2

Fonte: EBDA/SEI

Obs: Os valores da PAM não se referem à censo agropecuário, mas sim à estimativas realizadas por técnicos do IBGE e outras entidades regionais que acompanham a evolução da área plantada e colhida, produção e valor bruto da produção.

Na Tabela 19 fica evidente a alta variação na demanda por mão-de-obra das culturas de sequeiro (feijão, milho e mamona) no período estudado, em razão da grande constância das secas no semi-árido nordestino e, conseqüentemente, em Irecê, o que provoca desocupação das pessoas no espaço rural. Torna-se visível também a crescente demanda por mão-de-obra nas culturas como cenoura e cebola. Em alguns casos, os valores iguais a zero podem não significar nenhuma ocupação, mas sim valores inferiores à unidade. Na média, observa-se que a cultura que demanda mais mão-de-obra é o feijão, seguido da cenoura e da pinha, superando até mesmo culturas tradicionais na região, como o milho, a mamona e o algodão. A variável EHA/ha (equivalente homem ano por hectare) fornece a demanda média de mão-de-obra por hectare em cada uma das culturas. Por exemplo: para a lavoura do tomate obtém-se o maior valor, por demandar, na média, 5,56 homens, trabalhando oito horas por dia, durante um ano, por hectare. Portanto, as culturas que mais demandam mão-de-obra são (em ordem decrescente): tomate, cenoura, alho, melancia, e cebola. Logo, conclui-se, generalizadamente, que a horticultura e a fruticultura são os produtos que mais ocupam por hectare no meio rural de Irecê, mas, no conjunto, o feijão ainda permanece como maior empregador absoluto, em decorrência da sua área colhida ser significativamente maior. Na Tabela 19 nota-se ainda que em Irecê, nos anos em que não houve estiagem, é possível ocupar cerca de 83% de toda PEA rural. Em contrapartida, nos anos de frustração de safra, esta proporção é de até 27,5%, nos limites observados.

Na Tabela 20 são apresentadas as demandas por mão-de-obra e cultura no período estudado em Ilhéus. Numa primeira análise percebe-se a decadência das ocupações na cultura do cacau, apesar do início da crise na cacauicultura dar-se a partir da segunda metade dos anos 1980. A distribuição das ocupações entre as culturas permite observar o crescimento das ocupações no cultivo de seringa e mamão (consideradas mais relevantes) e o declínio da demanda por mão-de-obra na mandioca, cana-de-açúcar, feijão e melancia. As culturas que mais demandam mão-de-obra por hectare são (em ordem decrescente): abacaxi, melancia, pimenta-do-reino, cana-de-açúcar, laranja e mandioca (em EHA/ha). O nível do emprego agrícola decresce com o decorrer dos anos, basicamente em função do retrocesso da cultura do cacau (maior ocupador), portanto, as proporções totais de ocupados (agrícolas e não-agrícolas) ficam no limite entre 71,1% e 82,1%.

Na Tabela 21 são apresentados os resultados para a demanda de mão-de-obra e culturas para Barreiras. Note-se que a demanda por mão-de-obra no período 1990-2000 aumenta, em termos absolutos, significativamente nas lavouras de milho, de arroz e de soja – passando, no primeiro caso, de 473 EHA em 1990 para 3.000 EHA em 2000, e com resultados semelhantes nas outras duas. Para a mandioca considera-se a demanda de mão-de-obra relativamente estável no período. Normalmente, a lavoura é associada à agricultura familiar, freqüentemente de subsistência, e comercializada no mercado nacional. Portanto, a lavoura não sofre com as oscilações do mercado internacional, contrariamente aos grãos *commoditizados*.

Tabela 19
Demanda por mão-de-obra em EHA, para culturas selecionadas no município de Irecê/BA – 1990/2000

Produto	Anos										Média	EHA/ha.	
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			2000
Feijão	2.868	2.846	5.310	3.761	1.488	345	1.025	1.331	56	959	1.426	1.947	0,34
Cenoura	269	319	369	419	469	519	566	563	563	563	563	471	3,13
Milho	470	299	921	691	921	115	161	806	23	9	230	422	0,23
Mamona	166	171	86	114	57	23	114	57	11	54	114	88	0,11
Pinha	0	0	0	0	0	0	3	6	9	12	15	4	0,20
Cebola	0	0	3	4	1	1	0	0	29	14	14	6	1,44
Algodão	40	0	0	0	0	52	6	46	86	0	9	22	0,58
Cana-açúcar	28	28	5	4	0	0	0	0	0	5	6	7	0,94
Tomate	0	0	0	0	0	0	0	6	83	61	6	14	5,56
Mandioca	0	35	39	0	0	0	0	0	0	1	4	7	0,39
Banana	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	3	1	0,27
Côco	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0,07
Alho	0	0	4	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1,92
Laranja	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0,17
Limão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,16
Manga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,18
Maracujá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,15
Melancia	75	75	19	19	15	15	9	9	4	6	0	22	1,88
Sisal	65	46	1	1	0	0	0	0	0	0	0	10	0,31
Sorgo	15	54	0	0	0	0	18	4	0	0	0	8	0,36
Sub-total	3.998	3.876	6.758	5.014	2.954	1.072	1.905	2.829	867	1.689	2.392	3.032	
Ocupações não-agrícolas**	752	707	663	618	574	529	485	440	396	351	306	529	
Total	4.749	4.583	7.420	5.632	3.527	1.601	2.389	3.269	1.263	2.041	2.698	3.561	
PEA*	8.259	7.771	7.282	6.793	6.304	5.815	5.326	4.837	4.349	3.860	3.367	5.815	
% Ocupado? da PEA*	57,5	59,0	101,9	82,9	56,0	27,5	44,9	67,6	29,0	52,9	80,1	61,2	

Fonte: SEI/EBDA/IBGE-PAM e Censos demográficos

Nota: * PEA municipal encontrada através da interpolação dos dados censitários (1991/2000) da população residente com 10 anos e mais de idade.

** Estimadas conforme proporção das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas no estudo de caso SEI/IE-UNICAMP.

Tabela 20
Demanda por mão-de-obra em EHA, para culturas selecionadas no município de Ilhéus/BA – 1990/2000

Produto	Anos										Média	EHA/ha.	
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			2000
Cacau	20.284	20.633	14.617	14.765	14.737	17.132	12.090	17.141	16.798	16.798	16.798	16.527	0,29
Mandioca	706	743	743	929	1.115	1.189	1.300	1.486	167	186	167	794	0,37
Seringa	54	54	69	69	49	54	59	98	98	150	149	82	0,10
Abacaxi	78	78	78	116	330	388	427	388	116	97	97	199	3,88
Café	72	72	72	53	53	48	54	48	24	46	48	53	0,24
Banana	74	58	49	49	57	58	71	78	30	28	27	53	0,13
Mamão	0	0	0	0	0	0	0	24	22	17	21	8	0,37
Côco	14	25	28	31	31	31	32	6	11	14	16	22	0,07
Cana-açúcar	245	245	245	376	376	424	452	499	9	9	9	263	0,94
Limão	3	3	3	3	5	5	5	5	2	3	5	4	0,16
Maracujá	0	0	0	0	6	7	8	8	4	4	3	4	0,11
Milho	4	5	5	6	6	7	6	6	2	2	2	5	0,12
Tangerina	2	3	3	5	5	4	4	4	2	2	2	3	0,16
Guaraná	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0,09
Feijão	33	37	37	58	2	1	1	2	2	1	0	16	0,21
Laranja	43	47	49	19	19	21	21	25	15	0	0	24	0,38
Melancia	42	62	83	104	125	145	166	166	166	0	0	96	2,08
Pimenta-reino	0	9	13	3	3	6	10	13	0	0	0	5	1,27
Sub-total	21.654	22.075	16.093	16.587	16.918	19.522	14.708	19.997	17.469	17.358	17.345	18.157	
Ocupações não-agrícolas**	24.033	23.579	23.125	22.672	22.219	21.765	21.312	20.858	20.405	19.952	19.494	21.765	
Total	45.686	45.654	39.218	39.259	39.137	41.287	36.020	40.856	37.874	37.309	36.839	39.922	
PEA*	57.357	56.275	55.192	54.110	53.028	51.946	50.863	49.781	48.699	47.617	46.525	51.945	
% Ocupado da PEA*	79,7	81,1	71,1	72,6	73,8	79,5	70,8	82,1	77,8	78,4	79,2	76,9	

Fonte: SEI/EBDA/IBGE-PAM e Censos demográficos
 Nota: * PEA municipal encontrada através da interpolação dos dados censitários (1991/2000) da população residente com 10 anos e mais de idade.
 ** Estimadas conforme proporção das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas no estudo de caso SEI/IE-UNICAMP.

Tabela 21
Demanda por mão-de-obra em EHA, para culturas selecionadas no município de Barreiras/ – BA 1990/2000

Produto	Anos										Média	EHA/ha.	
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999			2000
Milho	473	772	1.338	1.229	1.163	1.371	1.577	2.823	1.668	1.888	3.001	1.573	0,07
Arroz	608	1.561	1.755	838	664	1.750	1.601	1.529	1.857	2.827	2.213	1.564	0,11
Mandioca	1.340	1.116	1.141	1.032	1.078	1.133	1.181	1.205	1.235	867	1.903	1.203	0,42
Soja	619	393	800	1.011	1.044	1.308	1.256	1.285	1.540	1.662	1.848	1.161	0,01
Café	0	0	0	0	0	0	53	179	681	879	1.737	321	0,53
Felijão	390	842	738	1.357	1.089	760	890	1.372	1.315	1.239	921	992	0,12
Abacaxi	0	0	505	921	854	917	600	552	534	589	552	548	3,68
Algodão	31	202	110	44	18	81	67	79	64	191	496	126	0,06
Cana-de-açúcar	1.820	469	338	358	354	320	303	329	326	358	325	482	0,94
Mamão	2	3	53	82	84	86	87	97	97	97	160	77	0,16
Melancia	801	1.435	1.714	1.817	1.893	1.943	1.893	1.714	110	100	100	1.229	2
Mamona	26	0	0	0	0	37	174	236	100	59	84	65	0,08
Banana	31	31	30	29	31	32	33	54	55	51	46	38	0,17
Laranja	25	27	27	27	27	27	27	31	54	54	45	34	0,41
Manga	16	16	16	16	30	30	30	30	30	30	30	25	0,18
Tomate	61	193	111	0	44	111	61	22	17	22	22	60	5,5
Coco	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4	4	3	0,07
Maracujá	0	0	0	12	12	16	28	0	0	4	4	7	0,12
Cebola	21	4	3	10	4	92	7	0	0	4	3	14	1,5
Sub-total	6.265	7.066	8.678	8.787	8.391	10.017	9.870	11.542	9.686	10.924	13.493	9.520	
Ocupações não agrícolas	308	300	292	284	276	268	260	253	245	237	229	268	
Total	6.573	7.366	8.970	9.071	8.667	10.285	10.130	11.795	9.930	11.161	13.722	9.788	
PEA*	16.192	15.778	15.364	14.950	14.536	14.122	13.708	13.294	12.880	12.466	12.052	14.123	
% Ocupado da PEA	40,6	46,7	58,4	60,7	59,6	72,8	73,9	88,7	77,1	89,5	113,9	71	

Fonte: SEI/EBDA/IBGE-PAM e Censos demográficos

Nota: * PEA municipal encontrada através da interpolação dos dados censitários (1991/2000) da população residente com 10 anos e mais de idade.

** Estimadas conforme proporção das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas no estudo de caso SEI/IE-UNICAMP.

Entretanto, quando são analisados os dados de equivalência homens ano por hectare (EHA/ha) pode-se afirmar que as lavouras no município se expandiram com a incorporação de novas áreas, já demonstrado nos dados de área colhida, conjuntamente à mecanização nos tratos culturais. Assim, são baixas as demandas por mão-de-obra por hectare, chegando quase a zero no caso da soja. Por outro lado, culturas como tomate, abacaxi e melancia têm demandas mais consistentes devido às próprias características dos cultivos. No ano 2000 a demanda por mão-de-obra no município ultrapassou o total verificado para PEA rural. Isso pode ser explicado pela absorção de não-residentes do município para acompanhar a expansão das lavouras, comprovada quando se observa a evolução percentual dos ocupados da PEA rural entre os anos 1990 e 2000.

Quanto aos contingentes de desocupados rurais, em Irecê as variações são maiores, em função das secas. A parcela da PEA rural que não obtém ocupação também é maior no município (na média dos anos 1990, cerca de 38,8% e em anos críticos, especialmente 1998, 71%). Em Ilhéus, essa parcela é menor (na média dos anos 1990 aproximadamente 23,1%, e 29,2% nos anos mais críticos, como 1996). Em Barreiras corresponde a 29% na média dos anos 1990 e a 59,6% no ano crítico de 1990. Pode-se afirmar que esse elevado valor é verificado em um período precedente à expansão para a nova fronteira agrícola do estado, não estando, portanto, totalmente delineadas as demandas de mão-de-obra no município. Observando-se a distribuição das ocupações rurais nos três municípios, percebe-se que o total de ocupações não-agrícolas é pouco significativo – comparando-se ao total da PEA rural – para Irecê e Barreiras. Isso reforça a importância da agricultura nesses municípios, seja pelo novo dinamismo da produção agrícola dos cerrados, seja pela diversificação produtiva em virtude das crises da produção no semi-árido. Entretanto, em Ilhéus as ocupações não-agrícolas superam as agrícolas, evidenciando que a crise da economia cacaueteira intensifica o processo de busca de alternativas de renda para os agricultores.

A distribuição da demanda de acordo com o calendário agrícola compatibiliza a sua alocação em cada um dos meses do ano e torna factível a observação da concentração das ocupações, bem como daqueles meses cujas ocupações tornam-se mais escassas. Na Tabela 22 são apresentadas as proporções da distribuição da mão-de-obra demandada segundo os meses do ano e tratos culturais. Alguns municípios apresentam distribuição diferenciada para um mesmo produto. São os casos do abacaxi, café, mamona, maracujá, feijão e milho. Dessa forma, para a lavoura de abacaxi em Ilhéus e Irecê a demanda por mão-de-obra para o preparo do solo concentra-se entre agosto e novembro; entre janeiro e fevereiro para o plantio; distribui-se equitativamente na fase de capinas; para a colheita e beneficiamento a demanda concentra-se entre agosto e janeiro; e para outros tratos culturais a demanda distribui-se ao longo do ano aumentando em março e dezembro. Já para a lavoura de abacaxi em Barreiras a leitura é distinta, como se pode observar na Tabela 22.

Tabela 22
Percentual de demanda por mão-de-obra nos municípios de Irecê, Ilhéus e Barreiras, segundo os cultivos mais importantes, tratos culturais e meses do ano (continuação)

Município/ Produtos	Tratos Culturais	Meses												Total		
		Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez			
Guaraná	Capinas	11	0	0	0	26	0	0	26	11	0	0	26	0	0	100
	Outros	5	19	13	5	13	13	19	13	0	0	0	13	0	0	100
	Colheita	22	21	18	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21	100
Laranja	Capinas	0	0	34	0	0	0	0	33	0	33	0	33	0	0	100
	Outros	2	2	2	12	7	12	12	2	30	11	4	2	30	4	100
	Colheita	0	0	34	0	0	0	33	0	33	0	0	0	33	0	100
Limão	Capinas	0	0	34	0	0	0	0	33	0	33	0	33	0	0	100
	Outros	2	2	2	12	7	12	12	2	30	11	4	2	30	4	100
	Colheita	0	0	34	0	0	0	0	33	0	33	0	33	0	0	100
Mamão	Capinas	8	0	9	0	32	0	9	0	9	0	9	0	9	24	100
	Outros	9	8	16	3	3	9	8	3	8	8	8	3	8	17	100
	Colheita	9	9	9	9	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	100
	Benef.	9	9	9	9	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	100
Mamona (Ilhéus e Irecê)	Prep. Solo	0	0	0	0	0	0	29	29	33	6	1	29	6	1	100
	Plantio	0	0	0	70	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30	100
	Capinas	5	22	22	0	23	0	23	0	0	0	0	0	0	0	100
	Outros	0	15	0	15	14	0	0	14	0	28	14	0	0	14	100
	Colheita	0	0	12	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	100
	Benef.	0	0	12	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	100
Mamona (Barreiras)	Prep. Solo	0	0	0	0	0	0	29	29	33	6	1	29	6	1	100
	Plantio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	45	0	0	55	100
	Capinas	5	23	23	0	23	23	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Outros	0	14	0	14	14	0	0	14	0	28	14	0	0	14	100
	Colheita	0	0	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	100
Benef.	0	0	12	12	12	10	12	12	12	10	10	10	12	10	100	

Tabela 22
Percentual de demanda por mão-de-obra nos municípios de Irecê, Ilhéus e Barreiras,
segundo os cultivos mais importantes, tratos culturais e meses do ano (continuação)

Município/ Produtos	Tratos Culturais	Meses												Total			
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez				
Soja	Prep. Solo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Plantio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Capinas	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Outros	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Colheita	0	0	50	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Benef.	0	0	50	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Sorgo	Prep. Solo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Plantio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Capinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Colheita	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Benef.	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Tangerina	Capinas	0	0	34	0	0	0	0	0	0	0	0	33	0	0	0	100
	Outros	2	2	2	12	7	12	12	2	30	11	4	4	0	0	0	100
	Colheita	0	0	34	0	0	0	33	0	33	0	0	0	0	0	0	100
Tomate	Prep. Solo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Plantio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Capinas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Colheita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100
	Benef.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100

Fonte: EBDA/SEI

Algumas lavouras concentram toda a demanda (100%) por uma determinada atividade em um único mês do ano. São exemplos o plantio do algodão (outubro), a colheita do arroz (abril) e lavoura do sorgo (fevereiro, setembro e outubro) para os três municípios. O produto mais importante de Ilhéus em termos de demanda por mão-de-obra (o cacau) tem maior demanda no período de dezembro a junho, onde se centraliza parte dos outros tratos culturais e da colheita. Em Irecê, o feijão concentra maior demanda nos meses de setembro e novembro, com o preparo do solo e o plantio; em dezembro, janeiro e fevereiro com as capinas e outros tratos culturais; e em abril com a colheita. Para Barreiras a lavoura de milho – maior demandante absoluta de mão-de-obra – concentra a demanda entre setembro e outubro (preparo do solo); novembro e dezembro (plantio); maio e junho (colheita); e junho e julho (beneficiamento).

A grandeza da distribuição percentual da demanda por mão-de-obra também permite comparar os produtos entre si e verificar que alguns concentram mais demanda em poucos meses, como é o caso do feijão, milho, café, cebola, cenoura e outros. Outros produtos têm uma melhor distribuição da demanda em todos os tratos culturais, como a pimenta-do-reino, pinha e seringa. As diferenças entre as concentrações de ocupações em uns poucos meses não chegam a causar um colapso de falta de mão-de-obra, pois, como visto anteriormente, existem excedentes de mão-de-obra suficientemente grandes para sustentar essas oscilações, bem como ampliações relativamente altas das áreas plantadas dos diversos produtos.

Aplicando as proporções da distribuição da demanda por mão-de-obra, depois de calculado o montante total de ocupações em cada uma das culturas, pode-se avaliar a distribuição mensal da demanda segundo os diversos produtos para o ano de 1998 (sem existência de estiagem). A Tabela 23 demonstra que, em Irecê, a lavoura de feijão (principal produto demandante) nos meses de janeiro e abril concentra, respectivamente, 61,7% e 52,6% de toda mão-de-obra ocupada. Para o cultivo dos grãos, em Irecê, é possível encontrar empiricamente arranjos diferentes dos tratos culturais entre os meses de setembro a maio, ou seja, da época do plantio à colheita. Entretanto, na distribuição percentual da demanda por mão-de-obra aplicada neste estudo, optou-se por seguir o comportamento da maioria dos produtores e do período mais provável de ocorrência das chuvas, uma vez que é de acordo com o período das chuvas que os produtores anualmente antecipam ou prorrogam o plantio e os outros tratos culturais e colheita, tornando complicada a mensuração desse movimento.

Diferentemente do feijão, a lavoura de milho concentra grande parte da demanda total de mão-de-obra no mês de junho, quando 50,3% de toda a mão-de-obra agrícola ocupada em Irecê executa a colheita do milho. Outros exemplos são a cenoura, que concentra 97% da mão-de-obra em fevereiro, quando são executadas a colheita e beneficiamento do produto. A partir de outubro os demais tratos para a cultura são reiniciados. A lavoura de algodão, nos meses de março a maio (capinas, colheitas e beneficiamento, conforme Tabela 22) também é destaque. A produção de tomate, nos meses de agosto e setembro, absorve em média 74% da mão-de-obra em Irecê, completando o ciclo dos deslocamentos da mão-de-obra municipal.

Tabela 23
Distribuição da demanda por mão-de-obra durante os meses do ano nas principais culturas do município de Irecê – 1998

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Algodão	9,80	0,30	54,20	29,80	50,60	0,00	0,00	13,20	17,10	6,00	15,40	1,70	10,00
Alho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banana	0,20	0,00	0,60	0,00	0,10	1,00	1,20	0,90	0,20	0,10	0,20	0,00	0,10
Cana-de-açúcar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cebola	0,00	0,80	28,30	12,70	33,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,30
Cenoura	0,00	97,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,50	64,50	81,50	65,00
Coco	0,20	0,00	0,40	0,00	0,30	1,00	1,80	0,20	0,30	0,10	0,00	0,10	0,10
Feijão	61,70	0,60	0,00	52,60	0,00	0,00	0,00	0,00	2,90	0,00	4,10	10,10	6,40
Laranja	0,00	0,00	0,50	0,10	0,10	0,70	2,20	0,20	0,60	0,10	0,00	0,00	0,10
Limão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mamona	0,40	0,10	3,10	2,50	3,20	15,10	30,10	5,60	5,80	0,90	0,80	0,20	1,30
Mandioca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Manga	0,10	0,00	0,10	0,00	0,00	0,20	0,50	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Maracujá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,70	0,50	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Melancia	0,00	0,00	2,30	1,00	3,60	13,70	13,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40
Milho	23,50	0,70	8,20	0,00	6,50	50,30	1,20	0,00	0,00	0,20	4,20	5,10	2,70
Pinha	4,10	0,20	2,30	1,30	2,30	17,30	12,00	2,60	2,60	0,70	0,60	1,30	1,00
Sisal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sorgo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomate	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37,00	77,20	70,40	25,40	10,20	0,00	9,60
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI/IBGE/EBDA

Na Tabela 24 pode-se verificar a distribuição da mão-de-obra em Ilhéus, que revela a dimensão da dependência das ocupações rurais para com a lavoura cacauzeira. A ocupação da mão-de-obra em praticamente todos os meses do ano se concentra na cultura do cacau (entre 89,7% e 99,2%), uma vez que demanda grandes quantidades de mão-de-obra em comparação com as demais culturas, e estas não detêm áreas plantadas suficientes para aumentar as ocupações e dividir a distribuição da mão-de-obra.

Em Ilhéus, somente as culturas da mandioca e melancia perfazem alguma significância perante as ocupações da cultura do cacau, mesmo assim bastante limitada aos meses de junho a setembro, no caso da mandioca, e de abril a julho, para a melancia.

Na Tabela 25 apresenta-se a distribuição da mão-de-obra para Barreiras. Observa-se a alternância das ocupações quando se consideram as lavouras do município. Nos primeiros meses do ano a mão-de-obra concentra-se basicamente nas lavouras de milho e soja. À exceção de fevereiro, mês em que a demanda para a soja é nula devido à não ocorrência de nenhum dos tratamentos culturais (ver Tabela 22) e abril, quando a demanda para o milho também é nula (pelos mesmos motivos), essas culturas concentram aproximadamente 74% de toda a mão-de-obra ocupada em janeiro e 52% em março. Nos meses seguintes, embora parte das ocupações permaneçam no milho, observa-se o deslocamento da mão-de-obra para as culturas de mandioca e café, especialmente em maio e junho, quando as três lavouras concentram 78% de toda a mão-de-obra ocupada no município. Em julho, quando diminui a demanda para a lavoura de milho, o café e a mandioca concentram 81% da mão-de-obra ocupada. Em agosto somente a mandioca absorve 63% da mão-de-obra ocupada. A partir de setembro retomam-se as demandas para o milho e soja incluindo-se o aumento das demandas para a lavoura de arroz.

Com as análises acerca das ocupações nos municípios de Irecê, Ilhéus e Barreiras conclui-se que a diversificação das economias se consolida através da exploração de novos produtos e/ou abertura de áreas para lavouras empresariais. Contudo, a estrutura básica das ocupações não muda significativamente, com os maiores registros ainda sendo encontrados nas lavouras **tradicionais** em cada município. É assim, portanto, com o feijão em Irecê, o cacau em Ilhéus e os grãos em Barreiras. Em Ilhéus, particularmente, a diversificação produtiva praticamente inexistente, sendo menos perceptível que nos demais municípios, uma vez que a lavoura cacauzeira concentra, em média, 95% da mão-de-obra rural do município. Em Irecê, a diversificação traduz-se na fruticultura e horticultura (cenoura e tomate) que naturalmente tornam-se maiores demandantes de mão-de-obra, pois os cultivos de grãos (feijão, milho) sofrem sucessivos revezes (estiagens, perdas de safra, oscilações de preços, etc.). Esses aspectos contribuem aos níveis baixos das ocupações da PEA rural no município – média de 61%, incluindo-se as ocupações não-agrícolas, sendo o menor valor entre os três municípios pesquisados. Para Ilhéus e Barreiras essas médias são, respectivamente, 71% e 77%.

Tabela 24
Distribuição da demanda por mão-de-obra durante os meses do ano nas principais culturas do município de Ilhéus. 1998

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Abacaxi	0,70	0,30	0,40	0,90	0,50	0,40	0,40	1,60	2,00	2,10	1,00	0,50	0,70
Banana	0,00	0,10	0,20	0,10	0,10	0,10	0,10	0,80	0,80	0,30	0,20	0,00	0,20
Cacau	98,60	99,20	97,80	95,70	93,20	93,30	89,70	90,50	91,40	95,00	97,30	98,40	96,00
Café	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	1,40	0,00	0,20	0,30	0,10	0,00	0,10
Cana-de-açúcar	0,10	0,00	0,00	0,10	0,10	0,00	0,00	0,10	0,10	0,10	0,10	0,00	0,10
Coco	0,00	0,00	0,10	0,10	0,20	0,10	0,10	0,10	0,20	0,20	0,00	0,10	0,10
Feijão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Guaraná	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Laranja	0,00	0,00	0,10	0,10	0,10	0,10	0,20	0,10	0,70	0,30	0,00	0,00	0,10
Limão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00
Mamão	0,10	0,10	0,10	0,10	0,20	0,10	0,10	0,10	0,30	0,30	0,20	0,10	0,10
Mandioca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00	4,60	5,40	2,90	0,00	0,50	0,30	1,00
Maracujá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Melancia	0,00	0,00	1,00	2,20	4,70	2,10	2,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Milho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pimenta-do-reino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seringa	0,50	0,30	0,20	0,70	0,80	0,70	0,60	1,00	1,30	1,30	0,60	0,60	0,60
Tangerina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI/IBGE/EBDA

Tabela 25
Distribuição da demanda de mão-de-obra nos meses do ano nas principais culturas do município de Barreiras, 1998

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Abacaxi	9,40	2,40	11,50	10,40	4,30	3,10	3,60	17,50	6,50	5,70	3,80	4,40	5,50
Algodão	0,50	0,20	0,60	4,60	2,90	0,00	0,00	0,50	0,20	0,50	0,50	0,40	0,70
Arroz	4,60	1,60	0,00	22,70	0,00	0,00	0,00	0,00	65,40	57,60	20,10	24,50	19,20
Banana	0,20	0,20	1,90	0,20	0,40	0,30	0,60	3,60	0,40	0,30	0,80	0,10	0,60
Café	0,00	1,50	0,00	0,00	37,20	25,30	30,50	0,00	3,20	0,00	2,10	0,00	7,00
Cana-de-açúcar	7,30	2,50	7,40	7,50	4,50	1,90	2,30	7,90	2,90	2,60	1,90	1,90	3,40
Coco	0,00	0,00	0,10	0,10	0,10	0,00	0,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Feijão	2,00	81,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,50	0,00	2,00	0,50	13,60
Laranja	0,10	0,00	1,70	0,90	0,40	0,50	1,70	0,40	1,80	0,40	0,10	0,10	0,60
Mamão	1,60	0,40	2,40	1,00	1,80	0,90	1,20	1,10	0,90	0,60	0,60	1,30	1,00
Mamona	0,20	0,30	1,70	1,40	1,70	1,10	1,90	3,90	1,50	0,80	0,70	0,50	1,00
Mandioca	0,00	0,00	15,20	18,80	12,00	39,50	50,30	63,30	12,90	0,00	2,50	3,00	12,80
Manga	0,60	0,20	0,80	0,70	0,40	0,10	0,70	0,30	0,30	0,10	0,10	0,30	0,30
Milho	45,10	9,70	29,60	0,00	28,80	25,00	3,60	0,00	0,00	7,40	28,00	25,80	17,20
Soja	28,50	0,00	22,40	27,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,30	36,60	37,10	15,90
Tomate	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	1,30	0,40	0,50	0,20	0,00	0,20
Melancia	0,00	0,00	4,60	3,80	5,60	2,20	3,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,10
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEI/IBGE/EBDA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as transformações observadas no meio rural brasileiro a partir dos anos 1980 surgem atividades que outrora eram quase que exclusivas do meio urbano. Este fenômeno decorre da reorganização dos processos de produção e trabalho rurais que, dada essa nova característica, formam uma espécie de *continuum* rural-urbano. Como consequência, o crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas no meio rural subordina-se ao processo de urbanização do campo (determinado pela expansão e descentralização de serviços públicos), à dispersão da indústria (resultado em parte das deseconomias de aglomeração) e à liberação de mão-de-obra (derivada da mecanização desocupadora). Cunha-se a expressão **Novo Rural** para caracterizar esse conjunto de transformações, sobretudo na composição das rendas das famílias e na distribuição entre agrícolas, não-agrícolas, transferências governamentais e outras rendas.

Entretanto, esta nova configuração do espaço rural quanto às atividades pode ser observada com maior intensidade e clareza em regiões cujos desenvolvimentos rural e regional atingem um certo grau de autonomia na geração de renda, baseada fundamentalmente na diversificação da economia e no fornecimento de serviços públicos essenciais adequados ao funcionamento da indústria, comércio e serviços. É certo que a agropecuária tem recebido novas demandas ligadas a nichos de mercado e isto tem incrementado a demanda por mão-de-obra nas áreas rurais. Contudo, a geração de ocupações oriunda dessas novas demandas não compensa totalmente as reduções nas ocupações observadas em atividades agropecuárias tradicionais (principalmente nas lavouras de *commodities*), elas simplesmente amenizam o impacto da queda no emprego agrícola total. Todavia, todos estes fatores determinantes da dinâmica das ocupações no meio rural são especialmente diferentes nas diversas regiões do País, devido às particularidades da produção agrícola e da estrutura econômica locais.

Na regionalização das atividades no meio rural, verificou-se no Brasil que, para os classificados como conta própria (maior parte da PEA rural) no período 1995/1999, o número de famílias ocupadas em atividades exclusivamente não-agrícolas tem crescido mais do que em regiões como o Nordeste e Bahia. Pois nessas regiões, as maiores taxas observadas no início dos anos 1990 são derivadas da ampliação dos serviços sociais, fato não verificado na segunda metade dessa década. Por outro lado, o número de famílias consideradas pluriativas tem maior crescimento na Bahia do que no Nordeste e no restante do Brasil. Isto está relacionado às diferenças socioeconômicas entre as regiões, uma vez que na Bahia as rendas extraídas de atividades agrícolas e não-agrícolas são inferiores às obtidas nos demais níveis de agregação (Brasil e Nordeste).

Portanto, o desenvolvimento rural e regional da Bahia não se encontra ao nível da média do restante do País e do Nordeste. Como regra geral, para o Brasil são medidas as ocupações de regiões bastante desenvolvidas como os estados do Sul e Sudeste e, de certa forma, do Centro-Oeste. Esses estados forçam para cima as taxas de crescimento

das famílias ocupadas em atividades exclusivamente não-agrícolas. Da mesma forma, na Bahia o desenvolvimento rural e regional é extremamente desigual e as rendas agrícolas são significativamente menores que as rendas agrícolas recebidas por famílias residentes em regiões desenvolvidas, prevalecendo, portanto, a pluriatividade. Contudo, quando são consideradas as rendas das ocupações na Bahia, nota-se que nem mesmo as rendas não-agrícolas das famílias pluriativas são relevantes na composição da renda total das famílias, normalmente por serem de baixa qualificação e, conseqüentemente, de baixa remuneração. Ademais, as rendas agrícolas também são pouco expressivas em razão das secas e crises estruturais e conjunturais de produtos importantes na composição do produto do Estado. Neste ambiente, as rendas exógenas, tais como aposentadorias e outras transferências do governo, tornam-se preponderantes na composição da renda total familiar.

Nos três estudos de caso realizados na Bahia (municípios de Irecê, Ilhéus e Barreiras), cujo principal objetivo é captar as peculiaridades das economias locais, as análises dos dados corroboraram em parte as conclusões extraídas dos dados das PNADs. No município de Irecê as rendas oriundas de atividades agrícolas são extremamente baixas em função das secas, forçando a população rural a ocupar-se em qualquer tipo de atividade para obter alguma renda, tarefa difícil nesta situação. Dessa forma, as famílias pluriativas são mais freqüentes em Irecê que em Barreiras. Além disso, as rendas geradas por essas ocupações são pouco relevantes na formação da renda total familiar, principalmente pela baixa qualificação derivada do baixo nível educacional da população e da estrutura da economia local.

Em Ilhéus, a dependência frente à cacauicultura limita a relevância das rendas obtidas nas ocupações não-agrícolas, principalmente em conseqüência da decadência da lavoura cacaueteira. A irrelevância das rendas não-agrícolas, assim como em Irecê, também se refere ao baixo nível educacional da população rural e das características da economia local. Contudo, em Ilhéus existe uma maior proporção de famílias ligadas exclusivamente às ocupações não-agrícolas, em virtude da própria estrutura agrária do município e região. A população rural de Ilhéus é preponderantemente de empregados rurais, que têm que buscar, na ausência de ocupações agrícolas, ocupações não-agrícolas, mesmo de baixa qualificação.

Em Barreiras está no setor agrícola a maior fonte de renda, produzindo principalmente grãos com utilização de alta tecnologia, portanto coerente com o modelo produtivista. No entanto, diferentemente de outras culturas tradicionais, a produção de grãos tem gerado bons resultados com relação ao valor, sobretudo, pela atual circunstância cambial que vem garantindo competitividade às *commodities* no mercado internacional. Com isso, a renda líquida municipal é relativamente alta, dinamizando a economia local (comércio, serviços, agroindústrias, etc.). Neste caso, a pluriatividade é privilegiada em detrimento do crescimento do número de famílias ocupadas exclusivamente em atividades não-agrícolas, pois as rendas agrícolas são relevantes e motivadoras para a continuidade dos agricultores e suas famílias nas lavouras.

No balanço de oferta e demanda das ocupações no meio rural de Irecê, Ilhéus e Barreiras, fica evidente que nem todas as culturas reduzem a demanda de mão-de-obra conforme aumenta o nível tecnológico. Ao contrário, em alguns cultivos, como o de frutas, a demanda aumenta à medida em que evolui o nível tecnológico. Contudo, num ambiente de crise, como a lavoura cacaeira, reduzem-se as quantidades demandadas de mão-de-obra em função da impossibilidade de remuneração de todos os fatores de produção. Essa situação também se observa em Barreiras, onde a baixa demanda por mão-de-obra nas lavouras de grãos (soja e milho) indica o elevado grau de mecanização dos cultivos, diferentemente do verificado no café, abacaxi e cana-de-açúcar, que mesmo possuindo altas parcelas das lavouras sob os níveis tecnológicos alto e médio, demandam as maiores quantidades de mão-de-obra por nível tecnológico no município.

Essas demandas, nos três casos, permanecem significativas para os produtos tradicionais locais. Em Ilhéus o cacau demanda a quase totalidade da mão-de-obra ocupada na agricultura, e em Irecê o feijão, o milho e a mamona ocupam mais de 80% da PEA rural ocupada em atividades agrícolas. Nas lavouras de grãos em Barreiras observa-se situação semelhante. Entretanto, a má distribuição das ocupações no decorrer do ano de estudo se constitui em fator relevante, pois dificulta a geração de renda razoavelmente estável aos ocupados rurais. Isto se deve fundamentalmente aos produtos cujas lavouras concentram a demanda por mão-de-obra em poucos meses do ano.

Os resultados deste trabalho reforçam a heterogeneidade de situações no meio rural brasileiro. Ainda que se caracterizem as transformações recentes como a emergência de um **Novo (Mundo) Rural**, a constatação da convivência de atividades agrícolas e/ou não-agrícolas modernas e precárias, dinâmicas e estagnadas repercute na subdivisão do termo em **Novo (Mundo) Desenvolvido** e **Novo (Mundo) Rural Atrasado**. Na região Nordeste e no estado da Bahia essas diferenças não permitem a generalização das atividades não-agrícolas como solução para incrementar as rendas das famílias rurais. Como visto, muitas dessas atividades são de baixa qualificação e baixa renda e sendo, portanto, pouco significativas na composição das rendas totais das famílias rurais. Regiões onde predomina a agricultura empresarial moderna conseguem manter a agricultura como fonte principal de renda, não obstante a presença da pluriatividade dos agricultores e das ocupações não-agrícolas. Não se pode esquecer a relevância das rendas decorrentes de transferências – programas governamentais de naturezas diversas – e da previdência rural. Esta última se converte em fonte essencial de renda no campo, sendo responsável muitas vezes pela dinâmica econômica em uma determinada região. Com base nessas informações é possível traçar algumas estratégias específicas de intervenção para algumas localidades do meio rural brasileiro e baiano, direcionando esforços e recursos no atendimento às demandas de cada região.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Pluriatividade: Uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2001. p. 149-175.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. *Projetos de irrigação*. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/>> Acesso em: 20 mar. 2003.
- COUTO, Vitor de Athayde; COUTO FILHO, Vitor de Athayde. A urbanização do trabalho rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas, MG. *Anais...* Brasília: SOBER, 1998. v. 2. p. 589-602.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Os "novos rurais" baianos. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. v. 2. p. 97-136.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro 1981-1995*. 1999. 221 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas.
- GOODMAN, David E. Estrutura rural, excedente agrícola e modos de produção no Nordeste brasileiro. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: IPEA, v. 6, n. 2, p. 489-533, ago. 1976.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp – Instituto de Economia. 2001. 20 p. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/>>. Acesso em: 20 set. 2003.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp – Instituto de Economia. 1998. 211 p.
- _____. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp – Instituto de Economia. 1999. 151 p.
- _____. DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro? *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002.
- HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda no Brasil em 1999. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Mundo Virtual, 2000. CD ROM.
- KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade na agricultura paulista. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: SOBER, v. 37, n. 1, p. 35-56, jan./mar.1999.
- KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da renda e pobreza das famílias agrícolas no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Mundo Virtual, 2000. CD ROM.
- PESQUISA MOA. *Boletim da pesquisa Ocupação da Mão-de-Obra Agrícola na Bahia*. Salvador: SEI, v. 1, n. 2, jul./dez. 2001.
- SILVA, Aldenôr Gomes da. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (edits). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna-SP: EMBRAPA, 2000. v.2, p. 13-43.
- SOUZA, Marcelino de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução das ocupações das famílias na região não-metropolitana rural do Estado do Paraná: 1992-99. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília: SOBER. v. 40, n. 4. p. 807-821, out./dez. 2002.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Novos mundos rurais baianos*. Salvador: SEI, 1999. 88 p. (Série Estudos e Pesquisas, 42).

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias*. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados. 2002. 302 p.

VERAS, Edimilson Correia; LIRA, Fernando José de. Comportamento das ocupações no rural de Alagoas. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna-SP: EMBRAPA. v. 2. 2000. p. 71-96.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. O meio rural piauiense na virada do século: Novos processos, novos atores e novas oportunidades. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. v. 2. p. 45-69.